



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 3.607, de 17/10/05, D.O.U. nº 202, de 20/10/2005

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

Bruna Sena Gomes de Araújo

CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA FAMILIAR SISTÊMICA NOS PROCESSOS DE ADOÇÃO TARDIA

Palmas – TO

2016

Bruna Sena Gomes de Araújo
CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA FAMILIAR SISTÊMICA NOS PROCESSOS DE
ADOÇÃO TARDIA

Projeto de Pesquisa elaborado e apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) do curso de bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientadora: Prof. Me. Cristina D'Ornellas Filipakis.

Palmas – TO

2016/1

Dados internacionais da catalogação na publicação.

A663c Araújo, Bruna Sena Gomes de
Contribuições da Terapia Familiar Sistêmica no processos de
adoção tardia/ Bruna Sena Gomes de Araújo – Palmas, 2016
66 fls., 29 cm. il.

Orientação: Profa. Me. Cristina D'Ornellas Filipakis
TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Psicologia - Centro
Universitário Luterano de Palmas. 2016

1. Adoção. 2. Adoção Tardia. 3. Família. 4. Abordagem
Sistêmica. I. Filipakis, Cristina D'Ornellas. II. Título. IV.
Psicologia.

CDU: 159.9

Bruna Sena Gomes de Araújo
CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA FAMILIAR SISTÊMICA NOS PROCESSOS DE
ADOÇÃO TARDIA

Projeto de Pesquisa elaborado e apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) do curso de bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientadora: Prof. Me. Cristina D'Ornellas Filipakis.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Cristina D'Ornellas Filipakis

Orientadora

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof. Dra. Irenides Teixeira

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof. Esp. Almerinda Maris Skeff Cunha

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Palmas-TO

2016

ARAÚJO, Bruna Sena Gomes de. **Contribuições da terapia familiar sistêmica nos processos de adoção tardia**. 2016. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Bacharel em Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO, 2016

RESUMO

O presente trabalho discute sobre as contribuições da terapia familiar sistêmica no processo de adoção tardia e, em resultado dessa discussão, traz uma proposta de intervenção objetivando cuidar da saúde emocional da família que recebe a criança e evitar que a mesma passe por outro processo doloroso de abandono. Essa preocupação partiu da grande diferença entre a quantidade de pais disponíveis à adoção e crianças a espera de um lar ser exorbitante. Diante disso, foi realizado um estudo bibliográfico nas plataformas Scielo, P@psic, BVS, Periódicos da Capes, Portal Domínio Público e sites do governo com a finalidade de levantar informações sobre a constituição da família ao longo do tempo, o processo de adoção no Brasil, a adoção tardia e seus principais problemas, a teoria sistêmica, a terapia familiar e as contribuições destes no processo de adoção tardia. De acordo com a análise da pesquisa, percebeu-se a discrepância na preferência dos pais por crianças mais novas, além de apresentarem preconceitos quanto à adoção de crianças acima dos dois anos, insegurança em optar por esse modelo de adoção e de existirem casos de devoluções dessas crianças. Em contrapartida, o Conselho Nacional de Adoção (CNA) revela que o número de crianças com idade superior a dois anos é muito menor que a quantidade de pais cadastrados. Isto indica que o profissional de psicologia atuante na área de família, responsável por esse processo de adoção, pode auxiliar na conscientização das famílias pretendentes à adoção, no sentido de que não são elas que procuram uma criança, mas uma criança que procura uma família e assim tentar flexibilizar as exigências dos pretendentes. Como resultado, este trabalho apresenta uma proposta de intervenção dividida em três estágios que abraça todo o processo da adoção, desde a fase do cadastro até o momento em que a criança passa a viver na casa dos pais adotivos, auxiliando-os na resolução de conflitos internos e externos que o sistema familiar enfrentará com a inserção de um novo membro.

Palavras-chave: Adoção. Adoção Tardia. Família. Abordagem Sistêmica.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA.....	16
3. A ADOÇÃO	23
3.1 O PROCESSO DA ADOÇÃO	27
3.2 ADOÇÃO TARDIA	29
4 A ABORDAGEM SISTÊMICA	34
4.1 TERAPIA SISTÊMICA FAMILIAR.....	39
4.2 TERAPIA FAMILIAR BOWENIANA	40
4.3 TERAPIA FAMILIAR ESTRUTURAL.....	45
5 METODOLOGIA.....	48
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	50
6.1 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	50
6.2 ORIENTAÇÕES PARA A APLICAÇÃO DA PROPOSTA.....	50
6.2.1 Primeiro Estágio – O Cadastro	51
6.2.2 Segundo Estágio – Processo de Aproximação.....	55
6.2.3 Terceiro Estágio – Processo de Convivência.....	62
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS	66

1 INTRODUÇÃO

A família é considerada por Naves e Vasconcelos (2013) uma das instituições mais antigas da sociedade em conjunto com o Estado e a Igreja. Engels (2000), com base nos estudos do antropólogo americano Henry Morgan, diz que a família existe desde antes da descoberta do fogo, porém, com uma base constitucional bastante rudimentar, ainda animalizada, pautada por comportamentos e necessidades biológicas.

Conforme o homem foi passando por evoluções de modo geral, a família também foi se modificando, sempre de um nível mais baixo para um mais elevado (ENGELS, 2000). Atualmente, a família é constituída por relações de afeto, tendo por objetivo manter as tradições, crenças, culturas e valores entre as gerações, garantindo o bem-estar social. Porém, após a Segunda Guerra Mundial, o formato tradicional de família foi enfraquecendo, de modo que a hierarquia concedeu espaço para a divisão de responsabilidades, as crianças foram se apropriando de suas vontades e as mulheres foram às ruas brigar por igualdade.

As crianças substituíram as brincadeiras de rua com os amigos e brinquedos artesanais por atividades extras, televisão, jogos lúdicos, dentro de um espaço cada vez menor e sem haver interação com as outras pessoas/crianças. As mulheres tiveram acesso à pílula anticoncepcional, garantindo o poder de escolha sobre seu corpo, houve o aumento do número de divórcios, relações extraconjugais e relações sexuais fora do casamento (NAVES & VASCONCELOS, 2013).

O sistema patriarcal familiar perdeu sua força, e isto pode ser percebido a partir do momento em que a mulher aos poucos ganhou espaço no mercado de trabalho, garantindo sua autonomia. Isto refletiu numa reestruturação social e, como consequência, novos arquétipos familiares aos poucos foram ganhando espaço na sociedade. Atualmente existem vários modelos de família, mas os mais comuns são:

- Família Tradicional: Ainda seguindo o pensamento hierárquico, formada por pai, mãe e filhos (MOREIRA, 2011).
- Família Monoparental: Formada por um dos cônjuges, seja por motivo de abandono, morte ou separação, e filhos (RODRIGUEZ & PAIVA, 2009).
- Família Homoafetiva: Formadas por casais homossexuais, homens ou mulheres (RODRIGUEZ & PAIVA, 2009).
- Família Nuclear: formada pelos mesmos membros da família tradicional, porém com responsabilidades compartilhadas (PINHEIRO, GALIZA e FONTOURA, 2009).

- Família Recompuesta: formada por membros de outras famílias, geralmente quando os pais se divorciam e se casam com outro cônjuge que também tenham filhos e passam a viver na mesma casa (AMAZONAS e BRAGA, 2006).
- Família Extensa: formada pelos membros da família nuclear incluindo tios, avós, primos, nascimentos de netos por gravidez precoce ou por necessidade.
- Família Adotiva: quando o casal ou pessoa adota uma criança (PIATOS, ALVES e MARTINS, 2012).

Para as autoras Rodriguez e Paiva (2009) o conceito de família é uma construção social que atualmente está relacionada a relações afetivas independentes de consanguinidade, porém é um conceito propenso à constantes mudanças e muito dinâmico para poder ser enquadrado e cristalizado de uma única forma. As autoras também alegam que a falta de uma definição adequada que abranja o que realmente significa o sistema familiar, tem originado uma concepção hétero normativa. Este conceito defende casais héteros como único formato válido e aceito pela sociedade que deve ser reproduzido de uma geração para a outra, negando totalmente qualquer constituição que fuja dos padrões hétero normativos.

Como explanado, a família vem se modificando ao longo do tempo e percebe-se, neste processo de mudança, que a prática da adoção está cada vez mais presente, devido a possibilidade de uma família ser construída sem necessariamente ter laços sanguíneos. Adotar é uma herança vinda desde os primórdios da civilização, em 1.700 a.C o código de Hamurabi já tratava da adoção, afirmando que o adotante tinha total poder sobre o adotado, assim como os filhos naturais. A própria bíblia relata a adoção de Moisés pela filha de Faraó. Na Grécia antiga, a adoção era formal e religiosa, só quem podia adotar eram homens maiores de 18 anos e detentores de posses, na Idade Média, a igreja se opôs ao ato de adotar, defendendo a consanguinidade e só no início da Idade Moderna a adoção ressurgiu no código napoleônico. (CUNHA, 2011)

O Cadastro Nacional de Adoção (CNA), criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2008 com a finalidade de agilizar o processo de adoção, revela que existem mais casais héteros e homoafetivos e pessoas solteiras homens ou mulheres na fila de espera para adotar, se comparado à fila de crianças para serem adotadas. As estatísticas do CNA, que abrangem todo o território brasileiro, apontam um aumento significativo da fila de adotantes.

Uma consulta realizada em 19 de outubro de 2016 mostrou que existem no Brasil 36.112 pessoas disponíveis esperando pela adoção e 4.881 crianças disponíveis para serem adotadas desejando fazer parte de uma família (BRASIL, 2016).

Entretanto, o CNA demonstra que 92,32 % dos adotantes têm preferências por crianças brancas, enquanto que 50,31% das crianças são pardas e 18,62% são negras. Outro requisito é que 18,42% aceitam crianças até no máximo com dois anos de idade e 99,12% dos adotandos possuem uma faixa etária maior que a requerida, dificultando ainda mais a adoção. Outro fator importante é que 71,1% das crianças possuem irmãos, enquanto que 69,66% dos adotantes preferem não adotar irmãos. O CNA também demonstra que os estados com os maiores índices de crianças cadastradas para adoção, em primeiro lugar está São Paulo com 1.139 crianças, em segundo Paraná com 599 crianças e em terceiro Minas Gerais com 598 crianças, sem mais especificações disponíveis (BRASIL, 2016).

Como é possível notar, os números de exigências feitas pelos adotantes estão muito diferentes da realidade, sendo que ainda não foi estimado o índice de crianças indígenas e crianças que apresentam algum problema de saúde ou deficiência. Faz-se necessário, então, um meio de conscientizar aos poucos essas 36.112 mil pessoas cadastradas de que existem muitas crianças capazes de amar e serem amadas esperando por um lar, mas que não estão enquadradas no padrão exigidos pelos pais adotivos.

Sendo assim, acredita-se que a terapia familiar sistêmica possa vir auxiliar nesse processo desconstruindo os modelos estereotipados de crianças perfeitas, brancas como também a ideia de que apenas crianças abaixo de dois anos são mais fáceis para serem adotadas, devido à dificuldade de adaptação tanto da criança quanto da família que a recebe, podendo ocasionar conflitos futuros. Como também a ressignificação de pensamentos errôneos sobre a dificuldade para educar e lidar com a verdade sobre sua antiga família e acontecimentos do seu passado, desfazendo costumes já internalizados nas crianças mais velhas (EBRAHIM, 2001).

A abordagem sistêmica familiar, derivada da teoria geral de sistemas, proposto por Bertalanffy (2010) em 1954, compreende a família como um sistema que vive em constante mudança. A importância da abordagem sistêmica no processo de adoção tardia é que quando ocorre uma transformação na família, no caso a inserção de uma criança, a vida de todos os outros membros também é alterada (NICHOLS & SCHWARTZ, 2007).

Neste trabalho será adotada a proposta de Murray Bowen e Minuchin que estudam a família de modo abrangente levando em consideração o todo no qual o indivíduo está inserido. Bowen e Minuchin desenvolveram alguns conceitos teóricos que serão utilizados neste trabalho, são eles: Diferenciação do Self, Triângulos, Processo Projeção Familiar Nuclear, Processo de Transição Multigeracional, Posição dos Irmãos e Rompimento

Emocional. Como também os conceitos de fronteiras, subsistemas, união do terapeuta na família e encenações propostos na teoria de Minuchin (NICHOLS & SCHWARTZ, 2007).

Diante do exposto, este trabalho pretende analisar o seguinte problema: Quais são os benefícios da terapia sistêmica no processo de adoção tardia? Como hipótese, acredita-se que a aplicação da terapia familiar sistêmica como parte do processo de adoção, possibilite que as famílias trabalhem os sentimentos de ansiedade, fantasias, expectativas e principalmente de frustração, proporcionando um melhor acolhimento dessas crianças pelas famílias adotantes.

Para que seja possível atingir os objetivos gerais, o trabalho visa investigar em que medida a aplicação da terapia familiar sistêmica contribui para o êxito dos processos de adoção tardia. Os objetivos específicos aprofundam o estudo analisando quais os principais motivos que levam famílias/casais a optarem por adoção tardia. Além disso, pesquisar bibliograficamente, quais os sentimentos envolvidos no processo de adoção tardia e como eles acabam interferindo nesse processo.

Para tanto, o trabalho busca se respaldar nas contribuições da terapia familiar sistêmica nos processos de adaptação, aceitação e acolhimento tanto da criança como da família no processo de adoção tardia. Como justificativa para a execução do trabalho, a família, de acordo com a abordagem sistêmica, é considerada um sistema, sendo um conjunto de unidades ou elementos que estão inter-relacionados, agindo mutuamente uns sobre os outros (DURAND, 1992). Em outras palavras, a família é unificada por um todo, tornando-se um organismo vivo e todos os membros que fazem parte dessa família contribuem para a manutenção desse sistema, seja de forma positiva ou negativa.

Quando uma família recebe de forma natural, ou seja, biologicamente uma criança o ambiente familiar se altera, assim também ocorre quando uma família opta por adotar uma criança ela deve estar preparada para as mudanças que esse novo ser gerará no seio familiar. Dentre elas, é possível citar a inclusão de um elemento que não fazia parte do todo, mas agora faz, além da adaptação dos outros membros da família, a mudança de rotina, de hábitos, de horários, de disponibilidade de tempo e de afeto que antes não eram necessários, ter instabilidade emocional para lidar com preconceitos tanto de pessoas estranhas, de amigos, quanto da própria família estendida.

Adotar é um ato de amor, uma decisão, que deve ser bem pensada, planejada, para então ser executada. A grande dificuldade das famílias em optar por fazer uma adoção tardia ocorre pelo medo de não conseguir educa-las de acordo com os preceitos familiares, de não conseguir desenraizar costumes já internalizados e também porque acreditam que esconder da

criança as suas origens diminua a probabilidade de futuros problemas, além de criar uma imagem fictícia de terem filhos biológicos (EBRAHIM 2001).

A discrepância entre o número de crianças a serem adotadas e o quantitativo de pessoas querendo adotar é grande. Para Ebrahim (2001) as pessoas que adotam crianças mais velhas possuem características semelhantes, como por exemplo: estabilidade emocional, altruísmo e maturidade. Adotam porque querem dar amor sem esperar nada em troca, sem criar expectativas que podem causar frustrações que em muitos casos, acabam por terminar em devolução.

As causas da devolução de crianças durante o tempo de adaptação de um ano e meio e raramente após esse período, variam de acordo com o motivo que levou a adoção, sendo eles, a infertilidade da mulher na maioria dos casos e por isso a preferência por bebês (EBRAHIM, 2001), além do sentimento de pena, de bondade, dentre outros. Durante o processo de adaptação e introdução na dinâmica familiar, aos poucos começam a surgir conflitos familiares e os pais, por não terem habilidades para lidar com esse momento, decidem pela devolução, como se a criança fosse de certa forma um objeto.

Diante de tantas famílias almejando uma criança e tantas crianças esperando por uma família é necessário que existam pesquisas voltadas para a criação de métodos ou técnicas que visem à diminuição desse quadro. Presume-se que a terapia familiar sistêmica realizada com as famílias no início, durante e após o processo de adoção, contribua para a desconstrução de fantasias, para amenizar a ansiedade e para facilitar o processo de adaptação dos adotantes e adotados.

Pretende-se realizar este estudo em conjunto com instituições, abrigos e outros lugares que já trabalham e oferecem uma estrutura apropriada para a aplicação deste projeto, objetivando aumentar o número de adoções tardias e a diminuição de devoluções dessas crianças geralmente ainda em processo de adaptação ou após esse período. A terapia familiar sistêmica contribuirá para que as famílias/casais candidatos à adoção descubram as reais motivações que os levam a optar por uma adoção e na forma mais saudável de elaborar as ressignificações desse processo tão enriquecedor que é a adoção tardia, resultando em um número significativo de sucessos ao final do processo.

O presente trabalho traz um breve histórico da evolução da família até os tempos atuais, relatando as mudanças na formação estrutural das mesmas, como também as concepções dos papéis de cada um e suas relações afetivas dentro do sistema familiar. A história do processo de adoção também é relatada no trabalho, assim como ocorre o processo,

os requisitos para os adotantes, as obrigações e seus direitos, além das características das crianças adotadas tardiamente apresentam e o porquê de ainda não terem sido adotadas.

A abordagem sistêmica, que faz parte da proposta deste trabalho, também é apresentada inicialmente com um viés histórico para que o leitor possa entender a princípio como o pensamento sistêmico surgiu e alcançou a área não só da psicologia, mas das relações humanas em um ponto tão íntimo e singular como a constituição familiar. E por fim, apresenta-se a proposta de intervenção que será dividida em três estágios do processo adotivo, fazendo uso de técnicas terapêuticas baseadas nos ensinamentos dos grandes teóricos sistêmicos na área de família de Murray Bowen com sua terapia boweniana e Minuchin que traz a terapia estrutural.

2 A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

A família é uma instituição construída historicamente, o que a torna mutável e flexível às novas modalidades interativas entre membros de um mesmo grupo. Para Piato, Alves e Martins (2012) no século XVII a estrutura familiar e a estrutura social mantinham uma relação íntima, quase indissociáveis, tendo por delimitação entre social e familiar apenas os limites da linhagem dos membros. Engels (2000) relata que a família sempre existiu, embora não com a mesma concepção que se tem atualmente, pois não existiam limitações relacionadas à atividade sexual entre membros, as relações não tinham base afetiva, mas de interesse, ou seja, formação de grupos em prol da sobrevivência e distribuição de capital.

A variedade com que as famílias vão se constituindo ao longo do tempo demonstra flexibilidade e poder de resiliência. Confirmando que são historicamente construídas, Cebotarev (2003) explica que a concepção de família não é algo natural, não surgiu do mesmo modo como se conhece atualmente, mas sim a partir de uma evolução sócio histórica que está em constante processo de modificação. Entretanto o autor avança explicando que mesmo emergida nessa metamorfose estrutural, a família não perdeu a capacidade de oferecer aos seus membros um ambiente íntimo e seguro. Será feito a seguir um pequeno esboço da evolução do que conhecemos hoje, como grupo familiar.

Seguindo o pensamento de Engels (2000) ainda na idade medieval, o que imperava era a família patriarcal, no qual o pai tinha o domínio e poder sobre o lar, uma vez que a família era seu espelho diante da sociedade, tendo que assim manter uma postura rígida. O pai tinha voz de poder sobre sua esposa e de quem mais morasse em sua casa, chamada de família estendida (avós, tios, primos e etc.), o direito de vida e morte dos filhos que nasciam e decisão de punições para membros rebeldes. Nesse modelo não se encontrava relações afetivas, apenas um meio pelo qual os valores eram repassados para a próxima geração e a propagação dos seus bens materiais (PILATOS, ALVES E MARTINS, 2012; COELHO, 2010).

A relação afetiva começa a emergir nas pinturas do século XV ao XIX. Ariès (1975) em seu livro *História Social da Criança e da Família* relata a respeito das pinturas de calendário do século XV que retratava o cotidiano das pessoas. Sua crítica acerca das pinturas é que as mesmas retratavam no início o homem sozinho, raras vezes acompanhado de seu amo ao fundo da imagem, nome dado ao empregado do sexo masculino que estava à disposição para servir seu senhor.

Ainda no decorrer do século XVI e XVII, Ariès (1981) observa que as pinturas começam a ter um detalhe diferente, o homem não está mais sozinho, agora ele aparece ao lado de uma mulher e aos poucos surge a criança e os empregados que aparecem como parte

da família, de mãos dadas com as crianças ao lado dos pais. Ariès (1981) observa que a unidade familiar começa a ter um significado e isso está explicitado nos calendários pintados por artistas famosos da época como Adelaide Savoie, Saint-Denis e Senlis, que passaram a comparar as fases do ano com o ciclo da vida (ARIÈS, 1981).

Segundo Ariès (1975) a formação familiar ganha uma simbolização, um roteiro, com início, meio e fim, representado pelas pinturas do século XVI em que as estações do ano passaram a ser expressas pelo nascimento, casamento, velhice e morte. O conservadorismo do patriarcado enfraquece e as pinturas passam a expressar um ambiente familiar harmonioso e afetivo e não mais uma espécie rígida de hierarquia entre o senhor do lar e os membros do grupo denominado como família. Após a Revolução Industrial, as famílias que até então retiravam o sustento do plantio na lavoura, foram incentivadas a se deslocarem para as cidades, com o intuito de trabalhar nas fábricas. Esse deslocamento proporcionou uma alteração na constituição familiar, reduzindo o número de membros, pois nessa migração as mulheres e filhos acompanhavam os maridos para a urbanização na busca de melhorar a qualidade de vida (Pilatos, Alves e Martins, 2012). Segundo Coelho (2010) esse novo modelo de família se denominou como família burguesa ou nuclear que predominou na fase moderna.

De acordo com Colombo (2012) a era moderna chegou em meio a dúvidas e discussões por diversos pensadores que questionavam o que era esse tempo moderno e como seria o indivíduo nascido dessa era modernista. Shinn (2008) apresenta a modernidade como o fim de uma perspectiva de vida, o abandono da fé na salvação do espírito, tema muito forte na era Medieval. Em outras palavras, a modernidade vem a ser uma reorganização social, política, cultural e econômica que passou a ser instaurada pelo mundo (RODRIGUES, 2016).

O modernismo é descrito por Bauman (ano) como uma sociedade líquida, termo que o próprio autor retirou da fluidez com que a massa social tem se movido, aperfeiçoado e se reinventado. Segundo o autor, é impossível fazer associações de aprendizado baseado em um tempo passado, porque tudo muda de maneira tão rápida, que o era já não é mais, “a vida líquida, assim como a sociedade líquido-moderna, não pode manter a forma ou permanecer em seu curso por muito tempo”. O discurso moderno pregava a liberdade e autonomia dos indivíduos e agregado a esse novo pensamento, o desenvolvimento da tecnologia (BAUMAN, p. 07, 2007).

Essa nova estrutura familiar também foi impactada por essas descobertas tecnológicas, entre elas a pílula como contraceptivo do aparelho reprodutor feminino, que possibilitou a distinção entre maternidade e atividade sexual. A mulher não estava mais subordinada as

inconstâncias do próprio organismo, ganhou independência para buscar um emprego e poder de decisão e escolha sobre as transformações do seu corpo (SARTI, 2008).

Sarti (2008, p. 21) explica que a pílula deu novos sentidos ao papel da mulher diante do mundo e de si,

Esse fato criou as condições materiais para que a mulher deixasse de ter sua vida e a sua sexualidade atada a maternidade, como um “destino”, recriou o mundo subjetivo feminino [...]. A pílula associada a outro fenômeno social, a saber, o trabalho remunerado da mulher, abalou os alicerces familiares e ambos inauguraram um processo de mudanças substantivas na família.

Seguindo o pensamento de Sarti (2008), a pílula trouxe para a mulher o poder de escolher quando, com quem e se queria ter um filho ou optar por ter uma carreira profissional. Assim, iniciou-se a dupla jornada de trabalho, dentro de casa as mulheres exerciam o papel de esposa, mulher e mãe, e fora assumiam uma postura profissional digna de admiração para lutar por reconhecimento e conquistar seu espaço no mercado de trabalho.

Entretanto, a inserção da mulher no meio profissional, interferiu na organização familiar, alterando a relação entre gênero masculino e feminino, afetando a distribuição de poder dentro do ambiente familiar (PINHEIRO, GALIZA e FONTOURA, 2009). A falta de tempo das mães em cuidar dos filhos e da casa em consequência do trabalho remunerado, implicou em um processo de exigência de maior comprometimento por parte dos pais nos cuidados com os filhos e afazeres domésticos (MOREIRA, BEDRAN e CARELLOS, 2011).

Em consequência do dinamismo do dia a dia e o surgimento dos conflitos entre o casal quando não possíveis de resolução, optavam pela separação, fato que só foi sancionado pela lei brasileira em 1970 (MOREIRA, BEDRAN e CARELLOS, 2011). Desde então, o número de divórcios é cada vez maior, como também uma maior quantidade de famílias reconstruídas, que são reflexo das modificações sociais (RODRIGUEZ & PAIVA, 2009). Souza (2008) explica que a família tradicional enfraqueceu, dando espaço para novos modelos familiares a medida que o divórcio foi sendo socialmente aceito, declínio da valorização do casamento e o controle da reprodução feminina.

Diante da lei brasileira, em 1988 a Constituição Federal declara igualdade entre homens e mulheres, desconstruindo a imagem do homem como único capaz de chefiar uma família. Em 1990 outra lei é defendida e sancionada no Brasil, que reconhecia os filhos como legítimo e ilegítimo, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), garantindo as crianças o direito a convivência familiar e comunitária (MOREIRA, BEDRAN e CARELLOS, 2011).

A família é a mediadora entre o indivíduo e a sociedade e por isso deve ajustar-se as novas demandas sociais (CEBOTAREV, 2003). Diante desses ajustamentos, o modelo familiar patriarcal advindo do século XVIII, que já foi mencionado acima, perde espaço para um novo modelo, denominado de família nuclear ou burguesa. Ao contrário da família patriarcal, neste modelo familiar existe a afetividade e cumplicidade entre os membros, ambos os pais ensinam aos filhos valores morais. Sobre o pai permanece o papel de provedor e protetor e a mãe a responsabilidade pelo lar e afetividade dos filhos, esta última é em conjunto com o pai (PILATOS, ALVES e MARTINS, 2012).

Outra característica da família moderna é o consumismo exacerbado, as pessoas consomem exageradamente sem pensar nas consequências que esse comportamento pode vir acarretar, como por exemplo, o isolamento afetivo e individualização como formas de proteger-se do mundo e do outro (COLOMBO, 2012). Diante disto, a família moderna também se modificou quanto ao número de membros se restringindo somente aos pais e filhos. Devido a questões sociais e econômicas, o modelo anterior foi se transformando e predominando a configuração na qual apenas os pais responsabilizam-se por seus filhos, diminuindo a rede de apoio da família extensa. (HITZ, 2001).

Pilatós, Alves e Martins (2012) explicam que na era pós-moderna a sociedade vive sob a pressão das tecnologias e meios de comunicação que lançam muitas informações diariamente por meio dos aparelhos tecnológicos inseridos como utensílios necessários para o convívio social e individualizados que acabam por alterar as relações sociais e em consequência as relações familiares.

De acordo com Shinn (2008) a pós-modernidade teve início por volta dos anos 80, aceitando a diversidade do mundo, é totalmente oposta a proposta da universalidade e a uniformidade, a pós-modernidade abraça o diferente, acolhe as novas formas de vida, sem que as formas anteriores deixem de existir ou fiquem ultrapassadas, ambas podem coexistir em um mesmo momento. Nas palavras de Bauman (1999) o grito de guerra da modernidade foi “liberdade, igualdade e fraternidade”, já a pós-modernidade grita por “liberdade, diversidade e tolerância”.

Além desses atributos, a pós-modernidade inclui o excesso, vive-se um tempo em que se quer tudo de tudo ao mesmo tempo. Colombo (2012) relata que é uma época imediatista, em que o novo perde espaço rapidamente para o novíssimo. Esse consumo exagerado e sem pensar nas consequências resultam em um isolamento afetivo que reflete na individualidade do indivíduo, tornando-se uma forma de proteção ainda mais intensa do que na modernidade.

Sarti (2008) explica que atualmente o conceito de família parte de uma ideia cristalizada, relacionado ainda no modelo tradicional de família nuclear. Esse modelo defendido como único válido e aceitável socialmente é instituído pelos dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, pedagógicos, ou seja, por instituições capacitadas e intituladas como disciplinadoras da sociedade. Assim como na modernidade surgiram novos modelos familiares, na pós-modernidade não seria diferente.

Para Hironaka (2005), a pós-modernidade traz consignada a valorização precípua da verdade e da realização pessoal, a busca do prazer, deixando de lado o conformismo e a comodidade, fortemente associada à noção de dever dos tempos anteriores. Abre-se, então, espaço para que o homem, liberto de fortes amarras de preconceito e noções comportamentais pré-estabelecidas, passe a buscar sua real felicidade, tendo em vista suas opções e preferências. De acordo com Debord (2000), a busca da felicidade e a satisfação de desejos ficam mais rígidas no mundo do capitalismo pós-moderno, onde as pessoas vivem cotidianamente um espetáculo social reproduzido através das mercadorias produzidas e consumidas pelo próprio sistema capitalista.

O indivíduo coloca como prioridade a satisfação pessoal, não apenas consumindo os produtos, mas interiorizando-os de maneira que ele passa a ser parte ativa desse processo. Assim, se inicia uma forma de pensar, agir e viver. O efêmero se torna comum e em consequência aumenta o número do que se pode ser descartado e substituído por outro igual ou melhor. A partir desse pensamento, as relações interpessoais e as pessoas começam também a se tornarem descartáveis e a ver o outro como algo que pode, a qualquer momento, ser substituído.

Türcke (2004) relata que esse modo de pensar é moldado pelas vivências do aqui e agora, fortalecendo a sociedade que preza pela sensação do prazer. Desta forma, a família moderna que se encontra nesse meio, tende a realizar um processo de transformação dos julgamentos morais em julgamentos de gosto, a favor da estetização da vida cotidiana (FEATHERSTONE, 1977; TÜRCKE, 2004).

Segundo Souza (2008), a família contemporânea se assemelha a família antiga somente por ainda propagar, mesmo que em menor quantidade, a espécie humana e valores morais em prol de manter ou melhorar a posição familiar diante da sociedade e entre as gerações futuras. Além disso, suas relações internas não são mais pautadas nas moralidades constitucionais, mas nas relações internas entre os membros do grupo familiar.

De acordo com Souza (2008) em seu artigo Família na contemporaneidade: mudanças e permanências, a família contemporânea está dividida em duas categorias: a família moderna

1, quando os pais se voltam com toda afetividade para o cuidado dos filhos e do lar, num processo de união e harmonia; e a família moderna 2, que se preocupa e enfatiza a individualização dos seus membros e de suas vidas particulares.

No século XXI, as formações familiares abriram espaço para um leque distinto de composições familiares, como as famílias que optam por não ter filhos e as famílias extensas. A família moderna 01 é adepta dos meios tecnológicos contraceptivos, essa família escolhe pelo desenvolvimento profissional e filho requer tempo e dedicação, o que para esse modelo familiar é totalmente dedicado ao trabalho e realização pessoal. Já a família moderna 02 necessita de um apoio financeiro da família de origem, seja a chegada de um bebê devido a uma gravidez precoce, tios (as) primos (as), avós (ôs), que por algum motivo precisam ser abrigados na casa de parentes, a família que recebe, torna-se uma família extensa (PILATOS, ALVES e MARTINS, 2012).

As famílias recompostas são originadas de casamentos frustrados, onde os cônjuges já tiveram filhos e após a separação seus pais iniciam uma união estável com outra pessoa que também tem filhos. Esses filhos e esses dois pais dividem a mesma casa, imitando o modelo de família nuclear, tornando-se uma família recomposta (AMAZONAS e BRAGA, 2006). Famílias monoparentais ocorrem pela morte de um dos cônjuges, gravidez precoce, abandono, separação ou por opção. Um dos pais fica com a responsabilidade integral dos filhos (PILATOS, ALVES e MARTINS, 2012).

As famílias adotivas, segundo Pilatos, Alves e Martins (2012), se enquadram no grupo de pessoas que optam pela adoção de crianças que não tem relação consanguínea com os adotantes. Essa forma de família pode partir de uma adoção singular, quando uma pessoa solteira, divorciada ou viúva escolhe adotar uma criança. Também pode ser feita através da adoção unilateral, quando só um dos cônjuges adota o filho do outro, e adoção conjunta, quando os dois cônjuges adotam a criança.

A sociedade pós-moderna, também recria novas conjugalidades que até então não eram bem aceitas pela sociedade, como por exemplo, a formação de famílias por casais homossexuais, independentemente do gênero. Essa reivindicação e crescimento desse novo modelo de parentalidade dão origem as famílias homossexuais, que fazem uso dos meios tecnológicos para engravidar e terem seus próprios filhos, realizando o desejo de ter uma família original e heteronormativa (AMAZONAS & BRAGA, 2006).

Outro modelo familiar que tem ganhado poder pela sociedade pós-moderna é denominada como famílias plurais. Pilatos, Alves e Martins (2012) explicam que esse modelo familiar se caracteriza pelo poder de escolha entre os cônjuges e membros sobre quem

fará parte do grupo familiar, essa composição se dá pelas relações sócio afetivas que os membros têm por determinada pessoa.

Embora as estruturas familiares não possuam uma definição concreta que ultrapasse a barreira do tempo, permanecendo flexível diante das mudanças sociais, existem características encontradas em todos os modelos familiares que são imprescindíveis na constituição familiar, são elas: cumplicidade, intimidade, segurança tanto pessoal quanto social, a família em todos os momentos da história é um refúgio para o indivíduo (PILATOS, ALVES e MARTINS, 2012).

Como é possível perceber, o convívio familiar se faz essencial para o desenvolvimento do homem e é mediante a isso que a adoção buscar inserir crianças em situação de risco e de abandono em famílias substitutas. A seguir, será tratado do tema adoção, seus primeiros relatos na história da sociedade até os tempos atuais, relatando como se dá o processo adotivo hoje no Brasil, a adoção tardia e seus desafios.

3. A ADOÇÃO

A adoção, termo originado no latim (*adoptare*) significa tomar por filho ou atribuir ao filho de outros direitos e deveres de filho legítimo. Lopes (2008) afirma que o ato de adotar é resgatar a dignidade da criança abandonada e para Maux (2010), a prática de adotar, embora tenha ganhado grande repercussão nos últimos anos devido a exposição da mídia contando histórias de casais famosos que adotaram crianças, relatos de filmes e novelas, não é algo novo na sociedade.

De acordo com Lopes (2008) e Weber (2005) os achados mais antigos referentes a adoção remetem ao ano II a.C, afirmando que como era vergonhoso para uma pessoa idosa morrer e não ter alguém que fizesse o ritual fúnebre ou culto doméstico, foram criadas leis que garantiam a um estranho os direitos de filho para que fosse possível a realização do funeral. Também existem relatos de adoção na sociedade Hindu e na bíblia sagrada.

Em Atenas só quem podia adotar eram os indivíduos considerados cidadãos e os adotados poderiam ser de qualquer gênero, mas também teriam que ser cidadãos, ou seja, estrangeiros e escravos não entravam nos requisitos de adoção. A adoção teve seu lugar em diferentes momentos da história, como por exemplo, nas leis relatadas no código de Hammurabi (LOPES, 2008). Hammurabi viveu no século XXIII a.C, e segundo o seu código, onde faz referência a adoção, definindo o que era adoção, em que medida os adotados poderiam retornar a casa de seus pais adotivos e as punições cabíveis aos adotados que se rebelassem contra os pais adotivos. Essas punições chegavam a casos extremos, como por exemplo, arrancar os olhos, decepar as mãos ou mesmo cortar a língua (BRASIL, 2013).

No Código Napoleônico também foi incluída a prática da adoção, uma vez que Josefina Imperatriz da França era uma mulher estéril e Napoleão querendo adotar uma criança, incluiu a adoção no Código Civil Francês. Em 1927 a adoção se torna de domínio público na França, com o objetivo de adotar os filhos dos soldados que morreram na guerra no período de 1914 a 1918 e em 1966 os adotados passaram a ser considerados filhos legítimos dos adotantes. De acordo com Lopes (2008) esse ato influenciou todas as legislações sucessivas, principalmente as da América Latina.

Entretanto, foi apenas no direito Romano que a adoção passou a ter valor jurídico. O direito romano, ainda hoje é uma referência normativa que baseia e norteia os doutrinadores da contemporaneidade (LOPES, 20018). No Brasil, a adoção teve início como sendo uma obra de caridade, pessoas de classe mais alta acolhiam menores em suas casas em troca de mão de obra gratuita. Os adotados trabalhavam servindo os donos da casa, não tinham os

mesmos direitos que os filhos biológicos e eram chamados de “filhos de criação” (MAUX, 2010).

Maux (2010) observa que desde o início da prática da adoção no Brasil, os adotantes não tinham o interesse de proteger e cuidar da criança, sua real intenção sempre estava respaldada em algum interesse próprio. O Código Civil de 1916 definia que para se adotar, o adotante deveria ter mais de 50 anos, não poderia ter filhos biológicos, a adoção tinha finalidade para realização da paternidade de quem não podia ter filhos e a idade mínima de diferença do adotante para o adotado deveria ser no mínimo de 18 anos (LOPES, 2008).

Em maio do ano de 1957 surge a Lei 3.133/57, diminuindo a maioridade requerida para adoção de 50 para 30 anos, pretendentes a adoção casados a mais de 5 anos, idade mínima de diferença entre adotado e adotante de 18 para 16 anos, os adotados também passaram a expressar sua opinião em relação a própria adoção, os pais biológicos também deveriam formalizar o consentimento da adoção (LOPES, 2008).

O código também garantia aos pais o poder de decisão sobre quem iria adotar seu filho, poderia entregá-lo aos estrangeiros sem a necessidade de uma assistência jurídica, por meio de uma escritura pública, desde que os adotantes se enquadrassem nos requisitos da lei (LOPES, 2008). Os casais que possuíam filhos biológicos poderiam adotar, entretanto os filhos adotivos não tinham direito à herança (MAUX, 2010).

Em 1965 ocorre outra mudança significativa nas leis que regem a adoção no Brasil, os adotados passam a ter os mesmos direitos de filhos biológicos, mas os direitos sucessórios continuavam apenas com os filhos biológicos, os adotados também cortavam relações com a família de origem (MAUX, 2010). Já em 1979, foi instituído no Brasil o código de menores 6.679/79, que ressaltava a preocupação e cuidado das crianças e adolescentes em caso de adoção (LOPES, 2008).

Dentro deste código de menores surgiu a adoção plena e adoção simples. Maux (2010) relata que a adoção simples se dirigia a crianças de 7 a menores de 18 anos que estivessem em situação irregular, enquanto que a adoção plena se referia a crianças abaixo de sete anos, sendo que o adotado passava a ser considerado filho legítimo, e o ato irrevogável. Foi apenas na constituição de 1988 que o poder judiciário passou a tratar os casos de adoção de forma igualitária e irrevogável.

Lopes (2008) diz que o Estatuto da Criança e do Adolescente defende o direito da criança em ter uma convivência familiar e comunitária e ser criada prioritariamente por sua família biológica, garantindo que o estado deve oferecer condições para que a mesma consiga criá-la, porém existem casos em que a família de origem não pode oferecer a qualidade de

vida necessária pela criança/adolescente e nesses casos excepcionais a adoção é a medida mais cabível para que o desenvolvimento da criança e o cumprimento da lei seja executado. A criação do estatuto da criança e do adolescente fundamentado na lei 12.010/09, previsto pela lei 8.069 de 13 de Julho de 1990, garante a criança de até 12 anos e o adolescente até os 18 anos o direito a convivência familiar (BRASIL, 2009). Essa lei surgiu da necessidade que organizações sociais, políticas e governamentais encontraram no tratamento que o estado dispndia para crianças e adolescentes ainda implantados na ditadura militar (LOPES, 2008).

Weber (2005) relata em seu artigo sobre crianças institucionalizadas que a adoção é a maneira mais completa e menos agressiva de proporcionar a criança um desenvolvimento pleno, capaz de reproduzir os vínculos afetivos de relação de parentalidade e filiação que foram perdidos ou destruídos no ambiente da família biológica, em consequência da violência, uso de drogas e etc., ou pelo tempo de institucionalização.

O processo de institucionalização no Brasil, já percorreu até o presente momento 5 fases. Na primeira, denominada como *Filantrópica*, com duração de 374 anos e datada entre 1500 a 1874, o tempo de institucionalização era curto, pois as famílias beneméritas adotavam as acrianças como agregadas da família. A segunda fase, com duração de 48 anos, chamada de *Filantrópico-higienista*, priorizava a saúde da criança, tendo como principal cuidadora as amas-de-leite, controlando as epidemias (WEBER, 2005).

A terceira fase, datada de 1874 a 1964, acreditava que a culpa de haver tantas crianças em situação desfavorável, era a pobreza dos pais, tirando do estado e da divisão econômica injusta. As crianças eram recolhidas e institucionalizadas, passando o estado a ter a tutela do menor. Weber (2005) afirma que essa medida apenas serviu para excluir as crianças do convívio social. Em 1964 surge a fase dos educandários, esta por sua vez institucionaliza ainda mais as crianças, criando reformatórios com bases militares.

Atualmente o Brasil se encontra na fase da desinstitucionalização que teve início há 26 anos com a criação da constituição de 1988, definindo que a criança tem o direito a convivência familiar e viver em comunidade até seus 18 anos (2005). Atualmente o processo de adoção envolve a inserção de uma criança ou adolescente numa família substituta. De acordo com Lopes (2008) família substituta é uma família formada por um casal ou um dos cônjuges com crianças e adolescentes sob sua guarda que não são filhos biológicos. Essa inserção pode ocorrer por três maneiras: adoção, tutela ou guarda. A obrigação dos guardiões é de proporcionar assistência moral, educacional e material (BRASIL, 2013), sendo que o guardião guarda e protege o menor até a maioridade (LOPES, 2008).

A guarda não influencia o direito dos pais sobre a criança/adolescente, os pais continuam sendo pais, porém a responsabilidade do menor passa a ser por tempo determinado pelo juiz a um terceiro. Entretanto, os gastos são mantidos pelos pais biológicos e os guardiões tem o direito de exigir o pagamento dos custos relacionado a criança/adolescente. A guarda pode ser revogada a qualquer momento, resguardando os direitos do menor mediante o ministério público (LOPES, 2008).

A segunda modalidade opcional de inserção no ambiente familiar é por meio da tutela (Brasil,2013). A subseção III do Estatuto da Criança e do Adolescente referente a Tutela (p, 40, 2013) traz que:

Art. 36. A tutela será deferida, nos termos da lei civil [117], a pessoa de até 18 (dezoito) anos incompletos [118].

Parágrafo único. O deferimento da tutela pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar [119] e implica necessariamente o dever de guarda.

A tutela ocorre quando os pais são considerados inaptos ou ausentes para cuidar de seus filhos ou estão mortos. Entretanto, os pais só perdem o poder sob os filhos quando os dois genitores decaem no comportamento de cuidar, caso o comportamento tenha vindo apenas de um dos pais, o outro genitor assume o poder integral pela criança, sem a necessidade de tira-la do ambiente familiar (LOPES, 2008).

Assim, de acordo com a revista do Senado Federal, Em discussão (2013) cabe ao tutor a reponsabilidade de acompanhar o menor em suas necessidades básicas e sociais, ou seja, vestimenta, escola, alimentação, convívio social, saúde entre outros e quando necessário administrar seus bens até a criança ter idade suficiente para se responsabilizar por eles (BRASIL, 2013).

De acordo com Lopes (2008) e Brasil (2013) a adoção é a forma mais completa de se inserir uma criança no ambiente familiar e também a forma que mais causa dúvidas e insegurança, por transformar todo o ambiente, modificando a estrutura da família, gerando vínculos afetivos de parentesco, além de alterar completamente o futuro da criança. Ao contrário da tutela e da guarda, uma vez deferido o processo de adoção, é um ato irrevogável, a criança automaticamente é desligada da sua família biológica e ligada como filho legítimo da família adotiva, garantindo os mesmos direitos de filho biológico.

3.1 O PROCESSO DA ADOÇÃO

Atualmente no Brasil, o processo de adoção ocorre em etapas. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, tratando do assunto referente a adoção pelo Conselho Nacional de Adoção (2016), o primeiro passo é o casal ou a pessoa decidir que quer adotar uma criança ou adolescente, após essa tomada de decisão esta pessoa deve procurar a 1ª Vara da Infância e da Juventude, caso essa Vara não exista no município, a pessoa deve procurar o Fórum e apresentar uma petição (BRASIL, 2013).

A petição pode ser construída por um advogado público ou particular, nela devem constar todas as informações necessárias dos pais adotantes, como: dados familiares, cópias da identidade e do Cadastro de Pessoa Física, certidão de casamento ou união estável, comprovante de residência, comprovante de renda, atestado ou declaração médica comprovando a saúde física e mental, e certidões negativas de distribuição cível e antecedentes criminais (BRASIL, 2009). As pessoas solteiras podem dar entrada no pedido de adoção sozinhas, porém quando casadas, devem dar entrada no pedido em conformidade com o cônjuge (BRASIL, 2016).

Os requisitos mínimos para este primeiro passo é o limite de idade mínima para requerer a adoção, o adotante deve ter no mínimo 18 anos, respeitando a idade mínima de diferença entre o adotado e o adotante de 16 anos. Outro fator importante é quando a criança é retirada da casa dos pais para ser institucionalizada, que só ocorre quando o governo já tentou todas as outras maneiras de mantê-la dentro da família biológica. Estes casos geralmente ocorrem quando a criança é retirada de dentro de casa por maus tratos, violência, e incapacidade da família de proporcionar ao menor, requisitos básicos para o seu desenvolvimento (LOPES, 2008).

Parentes próximos do menor não podem adotá-lo, como avós ou irmãos, de acordo com Lopes (2008) a justiça entende que a adoção rompe definitivamente todos os vínculos com a família de origem, tornando o adotado um filho legítimo, o neto adotado pela avó, passaria a ser filho e tio de seus pais biológicos, assim como o irmão que adota o outro, passaria a ser filho do próprio irmão e netos dos seus pais biológicos. E a adoção estrangeira só é permitida quando não há adotantes brasileiros dispostos a adotar determinada criança (BRASIL, 2013).

Após o pedido de petição ser elaborado por um advogado público ou particular e ter dado entrada na 1ª Vara da Infância e Juventude ou no Fórum do município, espera-se a aprovação do cadastro, para o nome do adotante ser habilitado no cadastro nacional e local de

pretendentes a adoção. A pessoa interessada é então convocada a fazer uma entrevista preliminar com um assistente social e um psicólogo (BRASIL, 2013).

Durante a entrevista avalia-se, mediante os requisitos do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), se o adotante possui condições de oferecer ambiente familiar adequado para o desenvolvimento do menor, se as motivações que levaram os candidatos a adoção oferecem vantagem ao adotado. O Conselho Nacional de Justiça também relata que após ser aprovado na entrevista preliminar, o adotante já pode inserir seus dados no Cadastro Nacional de Adoção, especificando as características desejadas e as não desejadas na criança. (BRASIL, 2013).

Em seguida os requerentes a adoção devem, como requisito obrigatório, realizar o CPA (Curso de Preparação a Adoção) realizado pelos técnicos responsáveis pelo processo e em conjunto com psicossocial e jurídico, objetivando a preparação dos futuros pais para as adversidades que encontraram no processo adotivo. O curso tem a duração de dois meses, uma vez por semana. Neste curso os futuros pais aprendem sobre as necessidades emocionais de um acriança em estado de adoção e conscientizam-se sobre a responsabilidade que estão assumindo (BRASIL 2013).

Ao contrário da Revista do Senado Federal (2013) dizendo que o curso é após a entrevista preliminar, o Conselho Nacional de Justiça relata que a entrevista ocorre após o curso, mediante a comprovação de comparecimento dos candidatos no curso obrigatório, além de visita domiciliar realizada pela equipe técnica Inter profissional do jurídico. Os resultados obtidos até este momento são encaminhados para o Ministério Público e ao Juiz responsável pela Vara da Infância (BRASIL, 2016).

A aprovação do Juiz libera o cadastro dos pretendes no Cadastro Nacional de Adoção por até dois anos de validade em todo o Brasil. Quando aparecer uma criança dentro dos padrões exigidos e desejados pelos adotantes a 1ª Vara da Infância entra em contato com os adotantes, relata a história de vida do menor e questiona se os adotantes têm o interesse de conhecer o menor. O mesmo será realizado com a criança/adolescente, mas após o encontro, se o menor desejar continuar conhecendo os pretendentes o processo contínuo, caso contrário o processo é interrompido (Brasil, 2016).

Quando a criança aceita em continuar conhecendo os pretendentes a adoção, eles são autorizados a visitar o abrigo, entregar presentes e dar alguns passeios com o menor a fim de gerar vínculo e conhecerem melhor (BRASIL, 2016). Esses encontros podem ser realizados todos os dias por algumas horas, esse tempo de convivência é determinado em acordo pelos

pais, pelo juiz e por regras da vara, não ultrapassando o período de 1 ano. Caso o adotante já tenha a guarda ou a tutela da criança, o estágio de convivência é dispensado (BRASIL, 2013).

Segundo Mendes (2007), o estágio de convivência, referente ao tempo em que a criança passa a morar na casa dos pais adotivos, é acompanhado com visitas periódicas pelo psicólogo e assistente social. O estágio de convivência é obrigatório, dispensado apenas para casos de crianças menores de um ano ou quando o menor já tiver na companhia do pretendente a adoção por tempo suficiente para ser avaliada a conveniência para o adotado.

Se a relação de adotante e adotado no processo de conhecimento e familiarização correrem bem, os adotantes ganham a guarda provisória do adotado até a conclusão do processo. Assim a criança deixa o abrigo e passa a viver com os adotantes, exercendo o papel de filho. Quando o processo chega ao fim, o juiz determina a emissão da nova certidão de nascimento do adotado constando o nome dos pais adotivos e, se for a vontade da família, até com a troca do primeiro nome do adotado. Assim, os adotantes são considerados efetivamente perante a justiça pais do menor e este passa a ter todos os direitos de filho biológico dos adotantes (BRASIL, 2016).

O Conselho Nacional de Justiça aconselha que caso o pedido de adoção seja negado, é importante o pretendente a adoção se informar sobre os motivos que o impediram de dar continuidade ao processo. Podem ser caracterizados como objeções a inadequação familiar e motivações erradas para o ato de adotar, como por exemplo, a vontade de superar a morte de alguém. Se desejar, o adotante pode dar início a um novo processo após ter se adequadado aos requisitos exigidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2016).

3.2 ADOÇÃO TARDIA

De acordo com Costa & Rossetti-Ferreira (2007), Lopes (2008) e Maux (2010) a história da origem da adoção no Brasil, traz em si uma concepção negativa, como se a adoção fosse à escolha de uma criança para uma família, e não de uma família para uma criança.

Desde a nova Lei 12.010/90 vigente no Estatuto da Criança e do Adolescente, é garantido que as crianças de 0 a 12 anos e os adolescentes de 12 a 18 anos têm o direito de conviver em um ambiente familiar e comunitário, visando o bem-estar do menor e não mais focalizando a família como maior beneficiadora. Em outras palavras, a partir da implantação da nova lei a criança passou a ter mais valoração no processo de adoção (LOPES, 2008).

Segundo Costa & Rossetti-Ferreira (2007), a partir da instauração da nova lei, que os autores chamam de nova cultura da adoção, surgiram as adoções modernas, como: adoções inter-raciais, adoções de crianças portadoras de HIV, adoções de irmãos e adoções tardias.

Este trabalho bibliográfico se atentará especificamente para as adoções tardias. A idade considerada como adoção tardia varia entre 2 e 3 anos de acordo com os pesquisadores da área, porém Lopes (2008) afirma que a adoção tardia ocorre com toda criança adotada a partir dos dois anos de idade.

De acordo com Vargas (1998), citado por Lazaro (2005), crianças consideradas “velhas” para serem adotadas, devido a exigências dos pretendes a adoção, geralmente são retiradas de suas casas e famílias biológicas por problemas relacionados a violência física ou verbal, incapacidade da família em oferecer para o menor o que se considera básico para o desenvolvimento, alimentação, educação e ambiente familiar estruturado. Existem também as crianças que estão tardiamente para adoção, por ter tido um processo de desintegração familiar demorado ou esquecidas pelo estado em orfanatos.

Em publicações de Costa & Ferreira (2007), Maux (2010), Queiroz (2013) consta que grande parte dos pais adotivos possuem preferência por crianças brancas, menores de 2 ou 3 anos. Isso ocorre devido ao padrão exigido pelos adotantes que preferem em sua maioria crianças brancas, de 0 a 1 ano de idade e preferencialmente do sexo feminino. Crianças que não se enquadram no padrão sofrem dificuldades para serem inseridas em uma família substituta (LOPES, 2008). Isso ocorre em consequência de uma visão preconceituosa e distorcida que, de acordo com Weber e Vargas (1996 citado por Ebrahim (2001)), se dá pelas poucas publicações referentes ao assunto.

Um dos pensamentos errôneos mais frequentes é que uma criança mais velha ou adolescente são mais difíceis de serem educadas e apresentam mais dificuldades em aceitar novos padrões comportamentais, carregando consigo maus hábitos. Além disso, os pais se sentem mais seguros adotando bebês, por terem a opção de esconder da criança a sua origem quando mais velha (EBRAHIM, 2001).

Outra questão que Maux (2010, p, 60) traz no seu artigo “A adoção no Brasil: algumas reflexões”. É a crença de que laços sanguíneos são mais fortes que vínculos afetivos. O laço sanguíneo oferece aos pais biológicos a segurança de que realmente são pais e que gerarão aquele ser, se apropriam dele, ao contrário dos pais adotivos que sentem o medo de a qualquer momento terem seus filhos arrancados de seus braços pelos verdadeiros genitores. Por acreditarem estar atrapalhando o fluxo natural da vida, criam a fantasia que a qualquer momento os filhos demonstrem vontade de conhecer os pais biológicos e assim acabem abandonando os pais adotivos (MAUX, 2010).

Ebrahim (2001) levanta três características que considera importantes no processo de adoção tardia, são elas; altruísmo, maturidade e estabilidade. De acordo com a autora pessoas

que possuem a característica altruísta estão abertas a se colocar no lugar do outro se preocupam menos consigo mesmas, a estabilidade emocional também garante ao adotante a capacidade de lidar com situações conflituosas que podem acontecer no processo de adaptação da criança de maneira controlada, sem fugir da realidade. Além disso, os adotantes tardios apresentam mais maturidade e estabilidade emocional.

Lopes (2008) ressalta que dos pais que decidem por uma adoção tardia, espera-se que estejam abertos a passar pelo momento de adaptação, pois é uma decisão que foi pensada, repensada e tomada. Entretanto, não é apenas os pais que precisam elaborar esse momento de inserção de um novo membro na família, a criança adotada também sofre impactos dessa mudança. É importante que a criança se sinta de fato adotada, é muito comum que ela resista a nova família por medo, pois não conhece ninguém. Deve-se levar em consideração ao se analisar tal comportamento a história pregressa e dolorosa que ela traz em seu interior, além do medo de repetir novamente todo aquele sofrimento.

É normal que a criança associe que os novos pais também podem a qualquer momento a abandonar. Para Abramovice (2005), citado por Lopes (2008), a adoção tardia possibilita a elaboração das perdas sofridas pela criança. Costa & Rossetti-Ferreira (2007) afirmam que a maior dificuldade encontrada pelos pais durante o processo de convivência na adoção tardia é a formação da maternidade e paternidade que eles têm que criar junto com a criança, que ao contrário de um bebê, é mais difícil de lidar, tem opinião formada, sabem falar e não estão tão flexíveis a aprender o que os novos pais tem para ensinar. A criança/adolescente tem mais resistência em aceitar regras, argumentam quando confrontadas, faz com que os pais se sintam desrespeitados, tendo por vezes a sensação de não saber o que fazer.

A construção da maternidade e paternidade também ocorre quando o filho é biológico, porém o tempo de gestação permite que a mãe gere vínculo com o bebê como também após o seu nascimento. A dependência existente entre um bebê pequeno e indefeso e sua mãe contribui para a geração de vínculo entre eles. Entretanto, quando a criança é maior, possui autonomia, sabe falar, saber se impor diante de situações, e a formação desse vínculo se torna mais difícil (COSTA & ROSSETTI-FERREIRA, 2007)

Em pesquisa realizada pelos autores Costa & Rossetti-Ferreira (2007, observa-se o caso de uma mãe que adotou duas meninas entre 4 e 6 anos de idade. A mãe relata desde o início a dificuldade de adaptação em ter novos membros em casa, a construção de significados dados a cada uma das crianças, uma mais quieta, a outra mais desobediente, o confronto da criança dizer que quer voltar para o abrigo e que não gosta da casa nova ou da família nova.

De acordo com Goes (2014), quando surgem problemas relacionados a este momento de adaptação, as famílias geralmente manifestam o desejo de devolver as crianças.

É certo que os pais sintam insegurança, medo, receio, devido ao preconceito que ainda permeia a sociedade contemporânea, mas não se podem esquecer os sentimentos existentes nas crianças e adolescentes que estão vivendo o processo de adoção. Campos (2016) descreve em seu artigo “Adoção tardia- Características do Estágio de Convivência” algumas reações e comportamentos apresentados pelos adotados quando entram em uma nova estrutura familiar.

De acordo com Campos (2016), adotar uma criança já em idade avançada exige a construção de um vínculo de filiação, motivação, interesse e dispêndio de tempo. A autora faz um comparativo da adoção tardia com um namoro rápido levando ao casamento, dizendo que durante o namoro corriqueiro não é possível conhecer o outro, suas manias, seus defeitos e que somente no dia a dia, na convivência é que os problemas de relacionamento começam a surgir. Para o casamento dar certo, será necessário uma decisão e comprometimento mútuo para superar as diferenças e construir um amor duradouro ou caso contrário, ainda existe a opção do divórcio.

Entretanto, na adoção, embora a construção de afeto seja igual ou parecida com o casamento, ela não tem a opção da dissolução da união, pois uma vez deferida uma adoção, a mesma se torna irrevogável. Por esse motivo, a lei estabelece um tempo de um ano e seis meses para o período de adaptação da criança com o novo ambiente familiar e dos pais com o novo membro na família (CAMPOS, 2016).

O estágio de convivência permite a família e a criança se conhecerem, produzir vínculo afetivo, gerar confiança, aprender jeitos e manias, perceber alguns costumes indesejados, desenvolver técnicas de como lidar com determinados comportamentos e principalmente para os adotantes decidirem e avaliarem se estão aptos a receber uma criança e oferecer tudo o que a mesma precisa, ou seja, uma família, afeto e segurança, além de educação, vestimentas entre outros. Nesse momento é fundamental a presença e acompanhamento de um profissional, que no caso é um assistente social e/ou um psicólogo que fazem parte da equipe pertencente ao processo de adoção.

Campos (2016) ressalta ainda que cada criança traz em si uma singularidade e que nenhum caso e nenhuma história é igual a outra, porém após observar vários casos de adoção tardia, pode esquematizar algumas características que se repetem independente de fatos passados. Claro que não são todos que se repetem como uma ordem ser seguida, mas ocorrem características intercaladas como uma regra geral. As características se referem ao tempo de convivência.

De acordo com Campos (2016) surgem no menor comportamentos regressivos, como fazer xixi na cama, querer entrar na barriga da mãe, mamar no seio da mãe adotiva, mesmo que as crianças já tenham passado dessa fase no desenvolvimento natural da vida. Elas voltam a tais comportamentos porque sentem necessidade de renascer dos novos pais, e é importante que os pais adotivos percebam e entendam essa necessidade, para poder compreender e saber lidar com cada estágio que ainda surgirá no decorrer da convivência.

Outro comportamento comum que Campos (2016) observou é a agressividade física e verbal da criança contra os adotantes. Muitas vezes sem motivo algum eclode um ato agressivo e os pais sentem-se perdidos e assustados sem entender o que fizeram para serem tratados com tanta hostilidade. Essa agressividade é, segundo Campos (2016), uma necessidade da criança/adolescente de ser contida pelos novos pais, e é de suma importância que eles estabeleçam desde cedo limitações e representem autoridade, tendo muita paciência e firmeza, pois a criança não entende seus sentimentos e expressa-os de forma destrutiva.

A agressividade é mais comum e em maior intensidade com a mãe adotiva, em geral a criança tende a transferir para a mãe adotiva a mágoa e o sentimento de abandono que sente pela mãe biológica, sentindo medo de ser novamente abandonada e temendo a frustração. Como também o preconceito de familiares e amigos em relação a adoção de uma criança maior, podendo gerar nos pais insegurança, acreditando que o menor carrega uma força genética ruim ou que nunca irá conseguir superar seu passado (CAMPOS, 2016)

Estudos feitos sobre devoluções de adoções tardias ainda são muito raros no Brasil, não se tem ao menos a quantificação dessas ocorrências em território nacional. Entretanto, nos Estados Unidos, país considerado como maior índice de adoções, incluindo adoções tardias, 25 % das adoções de 12 a 17 anos são interrompidas, ou seja, as crianças são devolvidas para os abrigos (GOES, 2014). Ainda para este autor, o tempo de convivência é interpretado pelos novos pais como se fosse um teste, possibilitando a devolução a qualquer momento.

Contudo, os pais adotivos devem ser responsabilizados pelos danos psicológicos e emocionais causados na criança que está sendo devolvida, afinal o mesmo já possui uma história de sofrimento, rejeição, abandono, violência tendo a devolução como mais um episódio frustrado em sua vida. Quando a criança retorna ao abrigo após uma adoção fracassada, carrega consigo o sentimento de culpa, além da estigmatização, pois a devolução ficará registrada em seu histórico, podendo interferir no próximo casal que se interessar em adotá-la (GOES, 2014).

4 A ABORDAGEM SISTÊMICA

Para que seja possível entender o surgimento do pensamento sistêmico, se faz necessário conhecer as origens e desdobramentos do pensamento científico. O pensamento científico iniciou-se na Grécia por Sócrates e Platão, defendendo que a racionalidade estava nas sensações, sendo denominada de *episteme*, a compreensão viria do pensamento, dando início a matemática e a lógica. Já no século XII a ciência é separada da filosofia, quando Descartes afirma que o método filosófico é especulativo e reflexivo, completamente diferente dos procedimentos científicos. (TOSIN, 2005).

Descartes numa época em que a ciência inicia seus primeiros passos, deixou um legado, um modo de fazer ciência, a distinção entre as partes, um estudo compartimentalizado do todo, ele dicotomizou a ciência da filosofia. A partir de então, a ciência passou a ser pautada pela tradição empírica e a sociedade contentou-se em aceitar quaisquer que fossem as explicações ou descobertas como verdadeiras, se as mesmas possuísem caráter científico, baseado nas premissas da ciência moderna: simplicidade, estabilidade e objetividade (VASCONCELLOS, 2005)

Dessa forma, a ciência perpassou todo esse tempo ignorando a subjetividade do pesquisador, acreditando que as partes compartimentalizadas poderiam ser estudadas, explicadas e controladas. Esse modo de produzir ciência gerou um conglomerado de diversas disciplinas que criam sequencialmente ou continuamente novas subdisciplinas (BERTALANFFY, 2010). Contudo, a evolução social e biológica trouxe novos problemas para o meio científico, e os pesquisadores começaram a perceber que a ciência objetiva sofria inferência da subjetividade (VASCONCELLOS, 2005).

Edgar Morin, em 1984, afirmou que a complexidade voltou para ciência pelo mesmo lugar de onde havia sido excluída, pela própria física. De acordo com Tosin (2005) a física levantou três questões que direcionaram a ciência moderna para a pós-moderna. A primeira parte do princípio lógico, de acordo com a física, era que as compreensões contraditórias, mesmo que se complementem, devem ser excluídas. Entretanto, os físicos perceberam a necessidade um pensamento que seja complexo, capaz de acolher essas contradições.

A segunda questão levantada pela física é em relação a desordem causada pela termodinâmica, trazendo para o campo científico a imprevisibilidade e instabilidade, se fazendo necessário o desenvolvimento de um pensamento que considerasse a indeterminação dos fenômenos. E por último e tão importante quanto as outras, é a objetividade. Heisenberg desenvolveu o princípio da incerteza e isso se tornou uma intervenção significativa para a conclusão do pensamento objetivo (TOSIN, 2005).

A partir desse pressuposto, os cientistas perceberam que seus paradigmas haviam chegado no estado de limitação e que era necessária uma transformação em suas bases paradigmáticas, na tentativa de descobrir um novo jeito de fazer ciência que fosse capaz de abarcar as novas demandas de estudo. Surge então a ciência pós-moderna, pautada nos pressupostos da instabilidade, subjetividade e complexidade (VASCONCELLOS, 2005).

Variáveis científicas eram incapazes de serem explicadas ou entendidas pela ciência tradicionalista de Descartes, que não entendia o mundo como um sistema de elementos em constante interação (GOMES et al. 2014). Essas interações dinâmicas apresentavam leis similares operando em áreas distintas, demonstrando que as mesmas leis poderiam ser aplicadas em saberes diferentes, independentemente da natureza. Tal conclusão levou a criação da disciplina científica Teoria Geral dos Sistemas, que tem por objetivo a aplicabilidade de princípios válidos para diversos sistemas e subsistemas existentes (BERTALANFFY, 2010).

Sendo assim, a Teoria Geral dos Sistemas (BERTALANFFY, 2010, p. 62.):

É uma ciência geral da totalidade que até agora era considerado um conceito vago, nebuloso e semimetafísico. Em forma elaborada seria uma disciplina logico-matemática, em si mesma, puramente formal, mas aplicável a várias ciências empíricas. [...] complexo de componentes em interação conceitos característicos das totalidades organizadas, tais como interação, soma, mecanização, centralização, competição, finalidade e etc., e aplicá-los em fenômenos concretos.

Em outras palavras, Bertalanffy (2010) buscou uma teoria que fosse capaz de transcender disciplinas, passíveis de aplicações em outras denominações científicas, conceituando os sistemas como complexos elementos em estado de interação (GOMES *et al*, 2014). Com base em observações de sistemas biológicos, Bertalanffy (2010) associou sistemas biológicos a sistemas mecânicos, originados nos estudos de Wiener sobre a cibernética. A teoria cibernética está introduzida em todos os sistemas existentes, pois ela é o meio de comunicação entre sistemas e subsistemas, garantindo a retroalimentação do sistema (BERTALANFFY, 2010).

A teoria da Cibernética surgiu ao mesmo tempo em que a Teoria Geral dos Sistemas, porém esta última não foi bem aceita pela academia devido a ciência em 1925 ainda ser extremamente mecanicista, mas Bertalanffy acabou por fazer uso dos conhecimentos relacionado a cibernética para aprimorar sua Teoria Geral dos Sistemas (BERTALANFFY, 2010). A teoria cibernética diz respeito ao estudo da troca de mensagens entre sistemas e

subsistemas muitas vezes inconscientes, sendo essa comunicação transitória e intrínseca existente dentro de cada sistema, perpassando informações das mais variadas fontes e formas (ANTON, 2000)

Essa retroalimentação permite que o sistema permaneça em fluxo contínuo de troca de informações, garantindo sua manutenção por meio da retroalimentação positiva ou negativa (GOMES et al. 2014). O processo de retroalimentação negativa tende a diminuir o desvio que causa o desgaste do sistema, objetivando a homeostase, ou seja, o equilíbrio do sistema. Como exemplo, quando algum membro excede os limites do seu papel impostos pela família, a retroalimentação negativa entra em ação para desacelerar a dinâmica do sistema, impedindo movimentos que possam trazer desequilíbrios (ANTON, 2000).

Já a retroalimentação positiva favorece movimentos para a mudança quando necessários, ou seja, quando o sistema sofre alguma variação, a retroalimentação positiva acelera o processo de adaptação de um momento para o outro (ANTON, 2000). Exemplificando, a entrada ou saída de um membro no sistema familiar suscitará no grupo a necessidade de adaptação, através do princípio de interação, que segundo Keitel, Pereira & Barticelli (2012) é o momento em que os membros trocam informações, definindo o sentido um do outro dentro do sistema.

Para que estes sistemas conservem seus mecanismos de funcionamento é necessário o processo de homeostase, “definida como a capacidade de permanecer o mesmo e em posição de equilíbrio, possibilitando ao ser humano a continuidade da vida” (ANTON, 2000, p. 63). Em outras palavras, a homeostase garante que forças externas não alterem o funcionamento do sistema, enquanto que a morfogênese utiliza aspectos externos para provocar mudanças no sistema, podendo ser mudanças positivas ou negativas (GOMES et al, 2014).

A teoria da Cibernética foi dividida por Von Foster no início do século XX em dois grandes momentos, a 1ª e 2ª Ordem (KEITEL, PEREIRA e BARTICELLI, 2012). A cibernética de primeira ordem objetivava regulação e auto estabilização, buscando a homeostase e estabilidade, sua evolução parte de leis gerais e o observador é algo a parte do observado (KEITEL, PEREIRA e BARTICELLI, 2012). Porém, nesse momento os pesquisadores começam a perceber que existe uma complexidade, quando ao simplificar as partes percebem que atrapalha as inter-relações dos fenômenos (GOMES et al.2014).

Enquanto que na cibernética de 1ª ordem, existiam apenas os sistemas abertos e fechados, na Cibernética de 2ª ordem os sistemas possuem capacidade para se auto organizarem e estruturação capaz de se recriar. Keitel, Pereira e Barticelli (2012) afirmam que essa 2ª geração da cibernética tem como característica forte a instabilidade, o sistema está em

constante processo de mudança, mas sem perder o equilíbrio. A homeostase permanece, porém, sempre adaptando o organismo para as novas transformações. Sua evolução se dá a partir da construção de novas realidades, estimuladas pelo ruído, acaso ou necessidade. Além disso, o observador faz parte do processo, ajudando a construir a realidade.

A cibernética de 1ª ordem trouxe para dentro do âmbito científico o pressuposto da complexidade, a cibernética de 2ª ordem trouxe o pressuposto da instabilidade. Em consequência dessas mudanças os cientistas começaram a questionar o pressuposto da objetividade, colocando em dúvida a verdade científica. Surge, da teoria da cibernética, outra teoria, a cibernética da cibernética, uma ciência da ciência, onde os cientistas colocam a objetividade entre parênteses e passam a construir a realidade na troca de experiências entre outros cientistas (VASCONCELLOS, 2005).

Onde existia a objetividade, estabilidade e simplicidade, surgem os pressupostos da nova ciência paradigmática, a complexidade, a instabilidade e a subjetividade. Não cabe mais na ciência a simplificação das coisas, o todo não pode mais ser entendido através das partes, o homem não pode controlar os acontecimentos naturais, como; vento, fogo, ar, o mundo está em constante movimento e mudança tornando-se bastante instável e a objetividade não existe, o observador faz parte desse processo da co-construção de conhecimento (GOMES et al. 2014).

Nesta nova concepção paradigmática, o profissional não pode separar os três pressupostos: a complexidade, a intersubjetividade e a instabilidade, pois um está inter-relacionado ao outro de modo que não se pode pensar em complexidade sem atrelar a instabilidade e, ao mesmo tempo, sem levar em consideração a intersubjetividade do observador, que distingue a complexidade dos sistemas, a instabilidade, chegando à conclusão que é impossível prever as variações do sistema, é ele quem decide e faz emergir a realidade, logo a objetividade não pode ser mantida como verdade absoluta. Esse é um momento ímpar no contexto científico a mudança dos pressupostos paradigmáticos da ciência, que darão origem a teoria sistêmica (VASCONCELLOS, 2005).

A teoria sistêmica como disciplina e abordagem aplicada à psicologia, de acordo com Gomes *et. al* (2014) surgiu entre as décadas dos anos 50 e 60, tendo por base a teoria dos sistemas de Bertalanffy, a teoria cibernética de Wiener e na cibernética de 2º ordem de Von Foster. Entretanto, em 1940, a ciência psicológica dominante era a psicanálise e acreditava que o comportamento era dominado por forças intrapsíquicas. Entretanto, esse pensamento começou a mudar, quando se percebeu que os tratamentos psicanalíticos dentro de uma situação sistêmica, não estavam obtendo o sucesso esperado (BERTALANFFY, 2010).

Nesse momento, a teoria sistêmica introduz a perspectiva do relacional, colocando de lado o intrapsíquico e combinando todas essas teorias citadas no parágrafo anterior, incluindo agora a psicanálise, que já era uma abordagem consolidada. Assim, surge uma nova maneira de pensar os relacionamentos humanos dentro de uma rede familiar e o meio de trocar mensagens entre seus membros. A concepção sistêmica visualiza a família como um sistema complexo, composto por vários outros subsistemas que estão em constante interação e influência (GOMES *et al.* 2014).

Os sistemas podem ser grupos de pessoas, organismos, comunidades, todos compostos por subsistemas, que estão inseridos em sistemas maiores (KEITEL, PEREIRA e BARTICELLI, 2012). De acordo com Anton (2000) a família é um desses subsistemas inseridos em um super sistema que é a sociedade, e dentro dela existem outros subsistemas, como os pais, os filhos, os jovens, as crianças, os velhos, estudantes e não estudantes, os que praticam esporte, os sedentários e etc., todos esses subsistemas sofrem influências internas e externas, assim como são influenciadores também.

Para Anton (2000) pertencer a um sistema é uma condição de sobrevivência do homem, uma vez que não pertencendo a um grupo (sistema) sente-se desintegrado, por isso o homem formula e aceita regras de organização pré-existentes em qualquer sistema. De acordo com Keitel, Pereira e Barticelli (2012), os sistemas podem ser abertos ou fechados, sistemas fechados, são isolados e fechados em si mesmos, trabalham com fronteiras e limites, delimitando quem e porque alguém ou algo faz parte dele. Como por exemplo, as famílias que possuem dificuldades para aceitar mudanças. Sistemas abertos possuem papéis flexíveis, pessoas autônomas, relações recorrentes, convívio interpessoal em diferentes contextos sociais, ou seja, trabalho, faculdade, academia e vizinhança (AUN, VASCONCELLOS & COELHO, 2007).

Segundo Keitel, Pereira e Berticelli (2012) o ponto de vista da teoria sistêmica é que uma parte do todo pode vir a ser o todo e o todo pode ser reduzido a uma das partes, dependendo da relação que este tiver com outros elementos. Ele contempla o princípio da totalidade e da equifinalidade, o primeiro afirma que uma mudança em uma das partes, desencadeará consequências no sistema por completo. Enquanto que o segundo diz que o mesmo objetivo pode ser alcançado, independente do ponto de partida.

Entretanto, grande parte do que se tem relacionado ao estudo da família como um sistema está enraizado em pressupostos sistêmicos de 1ª ordem que não se atentam para o fato de que o sistema familiar emerge das diferenças construídas pelo olhar de quem as observa. Portanto, os autores Aun, Vasconcellos e Coelho (2007) trazem uma visão de família

sistêmica de 2ª ordem, com uma perspectiva novo paradigmática, afirmando que a família não pré existe ao olhar do outro, ela é construída na complexidade de cada indivíduo.

Dentro dessa concepção de 2ª ordem, um sistema familiar pode fazer emergir inúmeros sistemas de famílias, isso dependerá para qual elemento do sistema a pergunta foi dirigida. Muitos podem selecionar seu limite familiar com as pessoas mais próximas, outros com relação a consanguinidade, vínculos afetivos, sentimento de consideração, incluir quem entrou na família (cunhado, genros, noras), colocar a família extensa como parte da família nuclear ou podem fazer exclusões, desconsiderando membros por estarem magoados, distantes, entre outros motivos (AUN, VASCONCELLOS & COELHO, 2007).

O pensamento sistêmico, na concepção dos autores Gomes *et al.* (2014), compreende que a ciência não poderá fornecer uma resposta completa e totalitária que abranja todo o complexo que envolve o viver. A nova ciência paradigmática implica conhecer o sujeito no seu contexto, o observador se inclui no sistema a ser observado entendendo que nada é fixo, as relações são circulares, pensar sistematicamente é tentar entender os processos intrapsíquicos submergidos em uma rede de relações interpessoais.

A terapia sistêmica tem o objetivo de acolher e escutar o indivíduo que se encontra em estado de sofrimento psíquico ou dificuldade emocional, modificando padrões de relacionamento que causam e/ou mantêm o sofrimento. Desse modo, busca-se compreender o indivíduo em sua totalidade, abrangendo os diferentes contextos em que o mesmo está inserido, como o meio social, profissional, escolar, familiar e comunitário.

4.1 TERAPIA SISTÊMICA FAMILIAR

A terapia familiar surgiu na metade do século XX, por volta dos anos 1950, tendo iniciado nos Estados Unidos, expandindo-se para a Europa e logo depois para outros países. Tem por base a premissa de que o que adoce não é o indivíduo que se encontra em estado sintomático, mas sim o sistema familiar no qual o mesmo está inserido, fazendo com que a terapia que antes era voltada para um único membro, passe a olhar a família como um sistema interdependente em que um possui influência sobre o outro, sendo impossível avaliar um paciente isolado do meio que o cerca (FIGUEIRA, 2005).

Grande parte dos pioneiros da terapia familiar era psicanalista e Freud, considerado pai da psicanálise, fazia parte dessa iniciativa. Em 1909, Freud em atendimento a uma criança chamada Hans, observou que foi capaz de fazer modificações na dinâmica familiar através do pai do menino. A partir desse momento, Freud faz referência à importância da família em várias obras e como o meio externo também influencia o paciente causando interferências no

processo terapêutico (HINTZ e SOUZA, 2009). Entretanto, mesmo sendo consciente da importância que as relações têm sobre a vida do indivíduo não se dedicou a essa questão (CARNEIRO, 1996).

Em 1930 surge o aconselhamento conjugal, sendo fundamental para o descobrimento da terapia familiar e em 1942 surge a Associação Americana de Conselheiros Matrimoniais. Nesse mesmo período de tempo, a Inglaterra movida pelas novas descobertas terapêuticas, funda o Conselho Nacional de Orientação Matrimonial (HINTZ e SOUZA, 2009). Em 1948 é publicado o livro de Nobert Wiener “Cybernetc”, introduzindo a teoria da comunicação, despertando outras áreas do conhecimento para a observação de que os sistemas são autocorretivos, contribuindo para o desenvolvimento teórico da biologia, Antropologia, Sociologia, Informática e a Teoria Geral dos Sistemas.

Essas vertentes tiveram bastante influência no desenvolvimento da teoria e técnica da terapia familiar uma vez que juntas tornaram-se fortes para questionar e colocar em dúvida a certeza da objetividade e neutralidade, passando assim a buscar novas postulações teóricas que fossem capazes de explicar o que a ciência objetiva não podia. Diante desses questionamentos levantados, a terapia sistêmica passou a entender que os seres humanos também vivem em um sistema capaz de produzir suas próprias mudanças que são organizadas e limitadas pelo mesmo sistema (OSÓRIO et al, 2009).

O sistema familiar é regido por regras que exercem a função de equilíbrio/homeostase para o seu bom funcionamento. Entretanto, por vezes essas mesmas regras, que aparentemente funcionam para o equilíbrio e boa convivência dos seus membros, concomitantemente podem estar atuando como desvios de situações conflituosas. Um filho que apresenta problemas na escola, uma filha com sintomas anoréxicos, adolescente rebelde entre outras situações, podem estar associados a uma relação conjugal ruim de seus pais, a relacionamentos disfuncionais oriundos do pai ou da mãe com suas famílias de origem, entre outros (NICHOLS & SCHWARTZ, 2007; CARNEIRO, 1996 e GOMES, 1986).

Na contemporaneidade, várias linhas de pensamento se desenvolveram dentro da abordagem sistêmica, entre elas serão citadas neste trabalho as contribuições de Bowen e a aplicação de suas técnicas no tratamento de famílias, também a linha terapêutica Estrutural, desenvolvida por Minuchin.

4.2 TERAPIA FAMILIAR BOWENIANA

A técnica criada pelo psiquiatra norte-americano Murray Bowen é considerada umas das mais completas e bem elaboradas já feitas pelos teóricos da abordagem sistêmica, sua

teoria se baseia na relação existente entre as gerações familiares. De acordo com as ideias de Bowen, existem duas forças completamente opostas que movem o indivíduo, a primeira leva a pessoa a união com seus familiares e a outra a uma necessidade de libertação rumo à autonomia (MARTINS, RABINOVICH e SILVA, 2008).

Os conflitos familiares não resolvidos nas famílias de origem de cada cônjuge resultam em fusão ou indiferenciação do self nos pais de modo que não conseguem se apropriar de sua independência, estão sempre ligados e sendo influenciados pelas famílias de origem. Essa dependência é repassada para os filhos e conseqüentemente para a próxima família como uma herança (SANTOS 2008).

Seus conceitos foram embasados na observação que Bowen fez em seus pacientes esquizofrênicos, quando os mesmos recebiam visitas de seus familiares em especial das mães ou quando voltavam para casa e apresentavam piora em seu quadro sintomático ao invés de melhorá-lo. Bowen percebeu que as mães dos pacientes esquizofrênicos tinham traços de indiferenciação e que isso agravava o estado sintomático dos filhos durante suas visitas ou mesmo quando o paciente voltava para casa (NICHOLS & SCHWARTZ, 2007).

A terapia familiar de Bowen, de acordo com Figueira (2005) e Nichols & Schwartz (2007), afirmar que as interações humanas são fundamentais para o bom desenvolvimento social, profissional, emocional e físico. Além disso, Bowen também considera não só a família nuclear do paciente, mas também as três últimas gerações, assegurando que dessas três últimas provêm as relações mais importantes da vida de uma pessoa.

De acordo com Pellegrini et al. (2015) a grande dificuldade encontrada em famílias que procuram ou precisam de tratamento terapêutico é a fusão emocional, ou seja, uma grande necessidade de aproximação. Esse nível de indiferenciação ou fusão é determinado pelos níveis de diferenciação existentes em gerações anterior, isso irá determinar o modo de vida da pessoa e a qualidade de seus relacionamentos. Indivíduos que se encontram constantemente envolvidos em conflitos, são pessoas com baixa diferenciação.

Baseando-se nessas premissas, que deram início a sua teoria, Bowen desenvolveu os seguintes conceitos:

- **Diferenciação do Self**

Esse termo é utilizado para se referir à capacidade do indivíduo de separar o pensamento do sentimento (NICHOLS & SCHWARTZ, 2007). A diferenciação é um crescimento contínuo do indivíduo em relação a sua família e as relações estabelecidas dentro desse sistema (PELLEGRINI et al. 2015). Pessoas diferenciadas são capazes de tomar

decisões, resistir a pressões e controlar impulsos emocionais, além disso possuem facilidade em se adaptar a novas situações e ambientes.

No âmbito familiar as crianças já nascem indiferenciadas e é durante o seu desenvolvimento que aprendem a se diferenciar dos seus pais, dos seus irmãos e começam a compreender que são pessoas singulares que compartilham dos mesmos segredos, valores, regras e crenças. Também sabem que possuem o direito de pensar e expressar seus sentimentos e opiniões sem se sentirem presos a valores e crença dos familiares, uma vez que já são cientes que podem pensar e se expressar sempre que desejar. A diferenciação está diretamente associada ao processo de apropriação da autonomia do indivíduo (MARTINS, RABINOVICH e SILVA, 2008; PELLEGRINI, 2015).

A diferenciação do self também envolve a maturação emocional atingida pelo indivíduo nesse processo de apropriação de autonomia durante o seu ciclo vital, de modo que ao se tornar adulto, possa ter em mente que mesmo sendo uma pessoa individual do seu grupo familiar, ele é parte integrante para a manutenção e desenvolvimento desse sistema, em outras palavras, é um ser único que pertence a um sistema sem perder a sua singularidade (SANTOS, 2008).

Pessoas que possuem essa consciência de si são maduras, independentes, seguras, possuem opiniões bem definidas, totalmente capazes de assumir suas responsabilidades diante de seus erros e acertos, conseguem ouvir a opinião dos outros sem se sentirem afrontadas quando divergem de próprias crenças, não sentem necessidade de entrar em discussões para provarem aos outros que estão certas. Entretanto indivíduos indiferenciados funcionam de maneira limitada, extremamente influenciados por terceiros e não possuem opinião própria (MARTINS, RABINOVICH e SILVA, 2008).

- **Triângulos**

Para Nichols e Schwartz (2007), as triangulações existem em todo relacionamento e ocorrem quando os níveis de ansiedade entre a díade aumentam de modo que seja necessário que uma terceira pessoa interfira como forma de amenizar a tensão (MARTINS, RABINOVICH e SILVA, 2008). Entretanto, quando esses triângulos são acionados, as pessoas envolvidas privam-se de conversarem e resolver o problema que causou a ansiedade, permanecendo os sentimentos de medo e solidão, uma vez que as díades não são capazes de dialogar sobre o conflito (SANTOS, 2008).

A triangulação vai sempre existir, porém em momentos de estabilidade do sistema ela tende a ser mais latente, reaparecendo somente quando situações estressoras ocorrem

aumentando a ansiedade e se fazendo necessário que de alguma forma essa ansiedade seja dissipada. As triangulações se alteram de acordo com a necessidade de cada membro ou de acordo com a dinâmica interna do sistema familiar, Pellegrini et al. (2015) afirmam que podem existir mais de um triângulo, mas a triangulação mais importante é a formada por pai-mãe-filho. Muitas vezes as tensões de um triângulo são intensas demais e acabam por se expandir para um outro triângulo, esse movimento é chamado de triângulos entrelaçados (MARTINS, RABINOVICH e SILVA, 2008).

Quando um casal entra em atrito e a esposa procura uma amiga, um(a) filho(a) mais velho(a) para desabafar, esse momento traduz uma necessidade de aproximação e autonomia do indivíduo. No momento em que essa terceira pessoa se disponibiliza a escutar, já está fazendo parte de um triângulo. Quando o componente dessa triangulação é um dos filhos, a criança pode apresentar comportamentos sintomáticos, além de ter o desenvolvimento da sua própria diferenciação prejudicada (NICHOLS e SCHWARTZ, 2007 e PELLEGRINI e et al.).

Entendendo superficialmente qual é a função das triangulações, não é possível perceber como ela é destrutiva, pois aparentemente ela nos apresenta como uma apaziguadora de situações conflituosas, mas na verdade o triângulo impede que duas pessoas resolvam seus problemas, pelo simples fato dele amenizar momentaneamente a ansiedade, tornando o triângulo um desvio crônico que destrói o relacionamento (NICHOLS e SCHWARTZ, 2007).

Sousa (2008) afirma que os mecanismos de comportamento da triangulação são acionados pelos desejos e necessidades que a díade não pode oferecer, como consequência as duas pessoas tendem a se afastar e encontrar a terceira pessoa que servirá de escape para aliviar a tensão. As triangulações são diferentes de um grupo de três pessoas ou uma tríade, numa tríade as três pessoas são diferenciadas, os membros se sentem livres e são capazes de centrar em si mesmos, sem se preocupar com a postura do outro.

- **Processo de Projeção Familiar**

Este processo se dá quando os pais que não conseguiram desenvolver sua diferenciação durante a fase de desenvolvimento acabam por transmitir para seus filhos a imaturidade emocional e a indiferenciação. Essa transmissão ocorre através do processo de distanciamento dos pais como um casal e aproximação maior com um dos filhos, em especial o mais velho (MARTINS, RABINOVICH e SILVA, 2008; NICHOLS e SCHWARTZ, 2007).

O filho que é escolhido para ocupar esse lugar vazio é o escolhido para ser a projeção do que falta naquele que se aproxima, entretanto isso causa sérios problemas no desenvolvimento da criança, pois prejudica a construção da sua diferenciação, mas os pais não

percebem, pois estão preocupados em amenizar as próprias ansiedades e um acaba por reforçar o comportamento do outro (NICHOLS e SCHWARTZ, 2007).

Essa união entre mãe e filho pode se desenvolver de duas maneiras; ou eles tornam-se dependes ou conflituosos, em consequência desse intenso envolvimento mãe-filho, a criança tem o seu desenvolvimento retardado. Martins, Rabinovich e Silva (2008) diz que esse retardamento ocorre devido a mãe, ao invés de estimular a criança a desenvolver a sua diferenciação, acabar por transferir suas próprias frustrações emocionais, tornando o filho infantilizado, que aos poucos começará a expressar sintomas de imaturidade psicológica (NICHOLS e SCHWARTZ, 2007).

- **Processo de Transmissão Multigeracional**

Muito parecido com o processo emocional da familiar nuclear, a transmissão multigeracional vai atravessar gerações, passando para as famílias subseqüentes. Quando o paciente é identificado, ele não é resultado de um casamento entre duas pessoas indiferenciadas, mas sim de gerações de anos, décadas e até séculos atrás que passaram pelos mesmos problemas (NICHOLS e SCHWARTZ, 2007).

De acordo com Martins, Rabinovich e Silva (2008), eventos estressores que podem acontecer na família nuclear podem interferir e causar disfunção em várias gerações subseqüentes. Os autores citados acima descrevem como uma situação estressora pode se prolongar para as próximas gerações, quando ocorre morte prematura, nascimento de uma criança portadora de deficiência física ou mental, doenças e acidentes.

- **Posição dos irmãos**

Bowen (ano) descreve o conceito sobre a posição que os irmãos ocupam e como elas podem afetar de forma negativa a concretização da diferenciação. Nichols e Schwartz (2007) relatam que quando uma mãe se encontra decidida a nunca permitir que os filhos se sintam menos amados que o outro, passa a fazer tudo igual para os dois, os mesmos presentes, os mesmos carinhos, as mesmas repreensões. Entretanto, essa mãe não se dá conta que esta necessidade de provar amor igual é fruto da sua própria ansiedade.

Essa ansiedade pode ser o relacionamento ruim com seu marido, estado profissional ou até mesmo por questões não resolvidas na família de origem. Em consequência, os filhos tornam-se sensíveis em relação ao tratamento que recebem da mãe, essa sensibilidade resulta em brigas de irmãos que é justamente o que a mãe queria evitar. A relação entre os irmãos é,

de acordo com Nichols e Schwartz (2007), apenas um dos lados do triângulo formado entre pai-mãe-filho.

Outra observação importante foi feita pelos autores Martins, Rabinovich e Silva (2008) alertando para a posição que a pessoa amada ocupa dentro da família de origem. Segundo os autores, indivíduos indiferenciados que se casam com pessoas que ocupam a mesma posição que eles dentro das famílias de origem, como por exemplo, um irmão mais velho que se casa com a filha mais velha de outra família, terão mais dificuldades em conseguirem se entender nas suas diferenças, do que teriam se tivessem escolhidos conjugues com posições diferentes.

- **Rompimento emocional**

O rompimento emocional muitas vezes pode ser confundido com a maturidade, pois pessoas indiferenciadas, por não conseguirem aguentar os níveis de ansiedade existentes entre as gerações, acabam por optarem pelo afastamento de seus familiares, criando assim uma distância emocional evitando certos assuntos ou se isolando dos outros, distanciamento físico ou mesmo apenas um dos dois. Como cita Nichols e Schwartz (2007) uma filha pode distanciar-se do seu pai emocionalmente, mas fisicamente podem continuar juntos.

Pessoas com níveis altos de indiferenciação por não aguentarem a ansiedade das famílias de origem escolhem sair de casa mais cedo ou casam-se na esperança que a sua família seja diferente, porém Nichols e Schwartz (2007) dizem que isso é um grande engano, não há como fugir, pois mesmo que se viva distante da família de origem, quando um parente se aproxima, seja uma visita amigável ou encontros familiares, a pessoa indiferenciada agirá ou sentira uma emoção reativa e sentimentos adormecidos pela distância voltam a surgir, causando desconforto.

4.3 TERAPIA FAMILIAR ESTRUTURAL

A terapia familiar estrutural, nas palavras de Nichols e Schwartz (2007), é uma linha de tratamento que oferece uma estrutura que traz ordem e significado para as interações familiares. O termo estrutura foi empregado nas relações familiares pelo psiquiatra Minuchin que, assim como Bowen, se interessou pelas relações entre membros de uma mesma família, começando a tratar adolescentes delinquentes em Nova York e logo depois crianças na Clínica Philadelphia Guidance (FIGUEIRA, 2005).

Para Minuchin (1982) o sistema familiar é organizado por meio de uma estrutura formada por subsistemas e fronteiras, regras invisíveis que perpassam de uma geração para a outra determinando os relacionamentos entre os membros da família. As determinações desses relacionamentos resultam em padrões relacionais recorrentes entre os subsistemas da família (parental, fraternal, conjugal) que atuam com o objetivo de manter a estrutura familiar garantindo que a identidade da família seja preservada (GOMES, 1986; SANTOS, 2008).

Os subsistemas são distinguidos por idade, gênero, identificação, geração, entre outros. Uma mesma pessoa pode desempenhar mais de um papel no mesmo grupo dentro de vários subsistemas, por exemplo, em um momento a mulher é esposa, mãe, filha, amiga, tudo depende das situações e necessidades evocadas de cada membro. Essa variação de papéis irá depender da capacidade que ela tem de ser flexível, se adaptando a situações diferentes (NICHOLS & SCHWARTZ, 2007 e SANTOS, 2008).

Enquanto os subsistemas são subgrupos de indivíduos, as fronteiras são a base hierárquica das relações que mantem a identidade familiar, ou seja, o papel que cada membro desempenha como uma regra inquebrável, regulando o contato entre os membros. As fronteiras rígidas, para Carneiro (1996), remetem a uma formação familiar disfuncional, baixa capacidade de adequação a situações inusitadas, relacionamentos cortados e familiares distantes. Nichols e Schwartz (2007) relatam que o lado positivo de uma fronteira rígida é que ela estimula a autonomia individual devido a facilidade de desligar-se uns dos outros, mas por outro lado esse comportamento compromete a capacidade de afeição e ajuda mútua, essenciais para a sobrevivência dos indivíduos.

Para o modelo estrutural, as famílias precisam organizar a sua estrutura funcional para que as relações entre membros possam se desenvolver de maneira saudável tanto para as crianças que dependem desse sistema para desenvolverem suas habilidades sociais como também para os pais. O primeiro passo é desenvolver nos membros a capacidade de comunicação entre si para negociarem o uso de poder na intenção de evitar alianças transgeracionais, como por exemplo a união entre mãe e filho de modo que exclui o pai da relação (GOMES, 1986).

Outro passo é a qualidade das fronteiras formadas entre os membros, trabalhando para que fronteiras rígidas se torne mais flexíveis e as fronteiras difusas fiquem mais fortalecidas (FIGUEIRA, 2005). O terapeuta não acrescenta novas estruturas na família, ele procura ativar estruturas adaptativas já existentes, mas que estavam latentes de modo que quando os

conflitos aparecerem os membros consigam resolve-los usando as fronteiras ativadas pelo terapeuta (GOMES, 1986; NICHOLS & SCHWARTZ, 2007 e SANTOS 2008).

Assim, os pais que antes poderiam estar sendo comandados pelas vontades e exigências de seus filhos voltam para o comando dessa relação, como também devolvendo aos pais a autonomia sobre os filhos agindo como autoridades e não como iguais. Outro objetivo da Terapia Estrutural é ajudar os pais a trabalharem juntos como um sistema harmonioso, diferenciando indivíduos e subsistemas, fortalecendo as fronteiras (NICHOLS & SCHWARTZ, 2007).

Para que os objetivos da terapia estrutural sejam alcançados é necessário seguir alguns passos citados por Minuchin. O primeiro deles é a habilidade do terapeuta em se acomodar e unir-se a família demonstrando respeito pela organização em que a mesma funciona. Esse primeiro passo é essencial, pois o sistema como um todo não está disposto a mudança e vem carregado de resistências, cabe ao terapeuta criar estratégias para conseguir fazer uma aliança de confiança entre os membros (NICHOLS & SCHWARTZ, 2007).

Outro passo importante que deve ser analisado dentro da estrutura familiar são as encenações que os membros produzem durante as sessões, é no decorrer delas que o terapeuta conseguirá visualizar a qualidade das fronteiras difusas e rígidas e os subsistemas existentes que interferem e prejudicam e onde ele pode intervir para ajudar a familiar a colocar em prática as novas formas de interação (NICHOLS & SCHWARTZ, 2007).

A criação de fronteiras é uma dessas práticas, para Nichols e Schwartz (2007) os membros tendem a culpas os outros ou o outro pelos seus problemas e dificuldades, isso ocorre através de emaranhamento de subsistemas ou fronteiras difusas. Essas interações precisam ser reorganizadas através da criação de novas fronteiras, que se dá através da diferenciação entre as relações, imposição de limitações entre pais e filho, entre os cônjuges, desenvolvimento do ato de respeitar as opiniões do outro, entre outras.

5 METODOLOGIA

O presente trabalho contempla uma abordagem qualitativa que segundo Richardson (1989), visa produzir informações relevantes que possam contribuir para a qualidade dos processos de adoção tardia. Os aspectos sociais, aspirações, crenças valores, motivações, sentimentos que serão analisados não podem ser medidos quantitativamente, pois se aplicam a uma compreensão das dinâmicas sociais.

Esta pesquisa possui objetivo exploratório, pois será realizado um estudo sobre os diferentes conceitos abordados no trabalho, como: adoção, adoção tardia, família, família contemporânea, abordagem sistêmica, como também a abordagem terapêutica sistêmica de Murray Bowen e Minuchin, com a finalidade de tornar conhecidos os problemas existentes e assim a construção de possíveis soluções.

Os procedimentos usados na pesquisa possibilitam a aplicação das técnicas e métodos imaginados em intervenções reais (GERHARDT e SILVEIRA, 2009). O procedimento utilizado será a pesquisa bibliográfica, partindo de um levantamento bibliográfico, retirado de livros, artigos publicados nas plataformas; Scielo, BVS, Periódicos da Capes, Portal Domínio Público, P@psic e sites do governo.

O presente trabalho se preocupa com a qualidade da preparação dos pais adotivos que decidem entrar em um processo de adoção, especificamente de adoção tardia. Por isso este trabalho visa intervir nesse processo desde o início, com a atenção voltada para o desenvolvimento e amadurecimento das percepções e requisitos dos pais adotivos, de modo que as suas motivações sejam fieis as suas reais necessidades, resultando em um processo satisfatório para ambos.

Foram selecionados artigos relacionados ao assunto de adoção, modelos familiares e abordagem sistêmica. Foram usadas as seguintes palavras chaves para seleção dos artigos: adoção, adoção tardia, família, sistêmica e contemporaneidade. Os critérios de exclusão foram baseados em qualquer artigo que não apresentasse nenhum dos assuntos solicitados ou quando as pesquisas haviam sido realizadas em contexto sociocultural muito diferente do contexto brasileiro.

Para tanto, foram pesquisados artigos e teses de autores que se dedicam a este assunto e foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os sentimentos envolvidos no processo de adoção e os sentimentos das crianças que vivem essa situação das adoções que estão sendo feitas no Brasil, tendo por objetivo qualificar em como a terapia familiar sistêmica contribui para o processo de adoção tardia.

A revisão bibliográfica foi construída seguindo a ordem dos temas: A família na contemporaneidade, A adoção, Processo da adoção, Adoção tardia, Abordagem Sistêmica e a Terapia Familiar Sistêmica. Ao final, a proposta de intervenção possui três estágios que visam à desconstrução de preconceitos em relação à adoção tardia, como também a maturidade emocional e a qualidade dos vínculos que vão ser construídos durante o processo de aproximação e convivência com a criança. Por fim, construiu-se a proposta de intervenção, dividida em três estágios que compreende desde o cadastro das famílias, quando decidem adotar, passando pelo momento de quando a criança surge e dá início ao processo de construção do vínculo de filiação e parentalidade e para finalizar o terceiro estágio que compreende o momento quando a criança passa a morar na casa dos pais adotivos.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A ideia da proposta de intervenção com os adotantes foi pensada com base nos achados teóricos encontrados nos artigos pesquisados sobre a adoção tardia e em conversa com uma assistente social que trabalha diretamente com o processo de adoção. Tais pesquisas evidenciaram que as devoluções e dificuldades de adaptação das famílias a nova criança dentro do sistema familiar, se dá pelo fato dos pais adotivos não estarem preparados para lidarem com situações extremas de aprendizado e troca de experiências com a criança.

Sendo assim, apresenta-se a proposta de intervenção a ser realizada por um psicólogo nos processos de adoção especificamente voltados para a adoção tardia com os pais adotivos, objetivando uma melhor adaptação da família e da criança ao processo de adoção. A proposta será realizada em três momentos do processo adotivo, acompanhando o tempo dos estágios já existentes no processo de adoção, porém será um requisito a mais a ser concluído dentro desse processo, visando à qualidade das relações que serão formadas nessa adoção.

Ela terá início no mesmo período do curso preparatório CPA- Curso de Preparação à Adoção, e finalizando no último estágio do processo adotivo, quando a adoção já foi deferida e a criança já tem a documentação pessoal alterada). A proposta tem o intuito de abranger o maior número de configurações familiares existentes atualmente, como por exemplo, famílias tradicionais, homoafetivas, monoparentais e recompostas.

Sabe-se que atualmente existem múltiplas concepções de famílias, mas para a construção desta proposta, será utilizada apenas os quatro modelos citados acima. Com base em tudo que já foi discutido e apresentado ao longo deste trabalho fica claro que cada família tem sua singularidade, embora tenham estruturas familiares semelhantes, demandam de carências subjetivas que se desenvolveram ao longo de suas histórias de vida.

Será relato a partir de agora o passo a passo das sessões e intervenções pensadas para a execução do projeto.

6.2 ORIENTAÇÕES PARA A APLICAÇÃO DA PROPOSTA

Um psicólogo será responsável por essas quatro famílias citadas que serão as famílias-piloto do projeto, cada família comparecerá um dia na semana. Durante o tempo de aproximação e o estágio de convivência os encontros serão semanais. O estágio de convivência com duração de 18 meses será mais flexível, iniciando-se com encontros

semanais nos primeiros 4 meses e diminuindo a frequência conforme a família for correspondendo ao tratamento que pode durar de 12 a 18 meses.

A princípio os encontros serão independentes do curso obrigatório que os pais adotantes devem fazer, mas terão início no mesmo período e com a mesma duração que é de dois meses, equivalendo a 8 encontros. Os encontros acontecerão numa sala específica para o atendimento dentro da Vara da Infância e da Juventude com duração de 2 horas.

Os primeiros encontros serão voltados para assuntos e questões familiares que independem dos assuntos que serão tratados no CPA, uma vez que são temas exclusivos e respaldados na terapia familiar sistêmica. E também independem da configuração em que a família está inserida, ou seja, todas as famílias participaram juntas. Todas as técnicas citadas ao longo do trabalho serão apresentadas para as famílias nos encontros gerais a fim de que as mesmas tomem conhecimento de suas ações e formas de pensar e como isso afeta o seu relacionamento com as outras pessoas e principalmente como podem afetar o seu relacionamento com o futuro filho.

No segundo momento do processo adotivo as técnicas citadas serão aplicadas nos encontros individuais das famílias, fazendo pontuações e dando ênfase naquilo que a família trouxe de demanda. Entretanto para cada configuração familiar será tratado assuntos específicos, como por exemplo, ajudar a família homoafetiva a lidar com o preconceito da sociedade e dos próprios familiares.

O tempo de duração determinado para o segundo estágio que se inicia somente quando a criança aparece e aceita conhecer os pais adotivos não é definido, o que vai determinar o momento de encerramento para o encerramento do segundo e início do terceiro e último estágio da proposta é a própria família que está em acompanhamento. Isso se dá quando a família logo se identifica com a criança ou vice-versa, quando conseguem aderir ao tratamento psicoterapêutico evoluindo rápido, superando dificuldades, demonstrando empenho para fazer com que o processo de certo e levando a criança para casa.

Mesmo que a criança já esteja morando com a família, o terceiro estágio só inicia quando os documentos da mesma é alterado e ela passa definitivamente diante da lei a ser filho(a) legítima da nova família, tendo os mesmos direitos que os filhos biológicos possuem.

6.2.1 Primeiro Estágio – O Cadastro

1º Encontro

Considerando a teoria Estrutural de Minuchin é necessário que nesse primeiro encontro seja realizada a união e a acomodação junto com as famílias, objetivando construir

um vínculo com os familiares, principalmente com aqueles que possuem mais resistências quanto ao processo terapêutico e caso algum membro da família esteja demonstrando resistência quanto a prática da adoção. Esse momento permite que o terapeuta se una a família sem ser invasivo, demonstrando respeito pelas diferentes organizações familiares que estarão presentes.

Também serão discutidas em roda de conversas com as famílias as motivações individuais de cada uma delas ao optar pela adoção e o que essa decisão significa para cada um dos membros, abrindo espaço para que todos possam ser ouvidos e se sintam parte ativa do processo. Esse sentimento de pertencimento é importante, pois a medida que todos se descobrem como parte importante dessa nova etapa da vida familiar, passam a ser colaboradores, facilitando o processo de transformação do sistema.

2º Encontro

Neste segundo momento o objetivo é expor para as famílias que as crianças que estão em um processo adotivo possuem uma história de vida em geral muito difícil e dolorosa. Tentar despertar na família o que a lei 12.010 propõe que não é uma criança para uma família, mas uma família para uma criança.

Mesmo que os pais pretendentes à adoção estejam procurando um bebê que não tem um passado doloroso ou memórias tristes, se faz importante que também conheçam que existem outras milhares de crianças procurando um lar, uma família, alguém capaz de dar amor e quem sabe expandindo essa visão os pais acabem por tornar flexíveis os requisitos exigidos nas características das crianças pretendidas, podendo optar pela adoção tardia, aumentando assim o número desse tipo de adoção.

Serão abordados neste dia;

-Assuntos de bebês abandonados pelas mães em diferentes situações ou motivos e como essas situações influenciam o desenvolvimento do bebê. E assuntos relacionados as crianças que foram tiradas das suas casas por estarem em situações de risco (violência, abuso, drogas, entre outras). Explicitando aos familiares como essa criança que vai chegar necessita do acolhimento e amor de todos.

Pretende-se que este momento desperte nos familiares a visão de que uma criança que está em processo adotivo não é como algo que você compra e espera chegar, que compra porque estava disponível na prateleira ou porque simplesmente gostou, a criança é um ser humano com um passado, com uma história, com traumas e que busca uma nova chance, um recomeço.

3° Encontro

Para Bowen todos os conflitos familiares se iniciam a partir de pessoas indiferenciadas, sendo assim é importante fazer um momento reflexivo com os pais sobre suas questões individuais que os levaram a tomar a decisão de adotar. Para isso, nesse terceiro encontro o objetivo é voltado apenas para os adotantes, ou seja, as pessoas que tomaram a decisão de adotar, a família toda não será necessária, salvando apenas o adotante monoparental que poderá levar uma segunda pessoa que terá papel fundamental nos cuidados com a criança (pai, mãe, irmã, entre outros). O motivo de fazer essa distinção entre os solicitantes e os outros membros da família é que a decisão partiu deles e por isso é neles que o processo de diferenciação do self deve ser auto reflexivo. Os tópicos seguintes serão discutidos, explicados e exemplificados durante o encontro;

- o conceito Diferenciação do self
- como ocorre o processo de diferenciação do self
- citação de alguns exemplos
- como essa indiferenciação afeta a vidas das pessoas, dos casais e das crianças que vão fazer parte dessa nova família.

4° Encontro

- Roda de conversa com ilustrações

Após os solicitantes a adoção terem o conhecimento do que é a indiferenciação do self e como esse processo é reativo as suas emoções interferindo nas relações interpessoais, serão introduzidos mais dois assuntos: o processo de projeção familiar e a transmissão multigeracional que ocorre dentro das famílias.

Serão utilizadas passagens de filmes para ilustrar situações de ansiedade geradas por esses dois processos que estão ligados a indiferenciação do self e logo depois de cada exemplo uma discussão com os familiares sobre o que eles puderam perceber de semelhante dentro das suas famílias, citando as situações, sentimentos originados e suas opiniões.

5° Encontro

No quinto encontro será abordado:

- Rompimento emocional: O que é? Como ocorre? Porque isso acontece? Consequências desse rompimento para a família e para a criança. .
- Construção e fortalecimento de fronteiras e subsistemas: seguindo o mesmo modelo do primeiro assunto, sempre esclarecendo dúvidas.

Isso acontecerá de maneira dinâmica e interativa, colocando os pais como agentes participativos dos assuntos abordados nos encontros, incentivando conversas, perguntas, debates, relatos e troca de experiências, entre outros. Com o intuito de tornar os pais e as famílias cada vez mais participativos do processo de aprendizagem uns com os outros, inclusive com a criança que está sendo inserida da família.

6° Encontro

Após todos os encontros anteriores, será exibido o filme *O Pequeno Stuart Little* (Sony Pictures, 1999), uma animação misturada com a realidade que relata a adoção de um rato por uma família que já tem um filho biológico, porém esse filho não aceita o pequeno rato como irmão. Esse conflito e alguns mais que os pais vão enfrentar no filme retratam as dificuldades que os pais adotantes também estarão vulneráveis a enfrentar no processo de adoção.

Após a exibição do filme será discutido em roda de conversa o que foi observado no filme, como os pais que estão vivendo esse processo se sentiram ou se perceberam diante das situações que a animação retrata. Também é neste momento que se pretende analisar se o pensamento das famílias a respeito da adoção mudou em algum aspecto diante de todos os assuntos abordados nos encontros anteriores.

7° Encontro

No penúltimo encontro do curso todos já se conhecem melhor, são capazes de compreender e entender os motivos de certos comportamentos e variações emocionais. Após tantas trocas de experiências e histórias de vida, neste último encontro é proposto o que Minuchin chama de encenação. Porém, as encenações não devem ser sugeridas, elas devem ser espontâneas, como uma oportunidade que o terapeuta encontra para reestruturar certos conflitos familiares.

Sendo assim, neste penúltimo encontro será feito um debate sobre assuntos que as próprias famílias irão escolher. Os temas serão debatidos entre a família e os outros serão a plateia, nesse momento o terapeuta e as outras famílias poderão perceber como é fácil ocorrer a reatividade emocional e como essas situações são capazes de serem modificadas através da reestruturação.

8° Encontro

Último encontro será um momento de conclusão dessa primeira etapa, as famílias assim como no primeiro encontro irão compartilhar o que aprenderam o que perceberão ao

longo desses encontros, o que mudou sua percepção diante das situações conflituosas dentro da família e como isso vai ser alterado de agora em diante.

Será discutido sobre as crianças em processo de adoção novamente para poder analisar se os discursos iniciais se modificaram em relação às expectativas e anseios, assim como também a forma de perceber a criança que vai chegar.

Ao final será realizada uma confraternização organizada pelas famílias. Cada família irá levar um prato preferido que os membros têm em comum ou um prato que tenha algum significado para poder compartilhar com o restante do grupo. E assim finalizar esse primeiro estágio.

6.2.2 Segundo Estágio – Processo de Aproximação

O período de aproximação dos pais adotivos com a criança não tem data ou um período de tempo determinado para iniciar e encerrar, pois pode levar meses ou até anos para que seja encontrada uma criança que se encaixe no perfil solicitado pelos pais. Diante disso, o acompanhamento terapêutico nesse momento fica suspenso, tornando a acontecer quando os pais aceitam conhecer uma criança e a criança também aceita conhecer os pais, dando início ao processo de aproximação.

A partir de agora a proposta será dividida com base nas necessidades e desafios de cada configuração familiar. Esse segundo momento da proposta de intervenção não terá um número fixo de encontros definidos como na fase anterior, uma vez que cada família tem o seu próprio tempo de adesão ao tratamento terapêutico, ou seja, algumas configurações familiares apresentam mais resistências em aderir o tratamento, enquanto que outras se entregam ao processo com mais facilidade.

Sendo assim, para cada modelo familiar será estipulada uma média de 30 encontros, podendo ser alterada para mais caso a família esteja encontrando dificuldades em enfrentar esse desafio de ter um novo membro na família. Esses encontros serão realizados no mesmo ambiente que os encontros da fase anterior e também em ambientes diversos, como por exemplo, passeio em praças públicas, shopping, participação em datas comemorativas e visitas domiciliares.

Lembrando que essa parte da proposta só poderá ser realizada quando o psicólogo perceber que a família está pronta para esse passo, após ter feito todos os encontros referentes aos desafios enfrentados por cada configuração familiar, ter percebido que tal família aderiu ao tratamento de forma positiva, apresentou avanços e melhoras aumentando o nível de

diferenciação uns dos outros, reestruturação de algumas relações e criação ou fortalecimento de subsistemas e fronteiras com a ajuda do terapeuta.

Antes desses encontros diferenciados, o psicólogo conversará com a família para garantir que se sintam bem em ter a presença do psicólogo nesses momentos, de forma que não seja uma ação invasiva, mas participativa, tomando por base o conceito de sistemas, pois o psicólogo também faz parte desse processo. O objetivo desses encontros alternados é observar a relação familiar em seus diferentes contextos.

Os assuntos tratados na fase anterior abriram caminho para as famílias se perceberem melhor dentro de suas próprias inter-relações, entenderem as motivações e os sentimentos originados em situações de conflito, a importância que uma decisão ou uma forma de tratamento interfere na percepção e na reação do outro, para que nesse momento do segundo estágio as famílias sejam capazes de perceber e entender os comportamentos característicos apresentados pelas crianças que há tempos estão em situação de abandono e tentativas de adaptação em outras famílias que não são suas. De forma que compreendam os danos, os traumas e os medos que a criança que chega carrega consigo.

Todas as crianças adotadas tardiamente carregam o sentimento de rejeição pelos pais biológicos e em muitos casos por outras famílias ou familiares que já tentaram adota-las, mas não foram capazes de enfrentar os desafios do processo adotivo. Um desses desafios e talvez o mais difícil de ser resolvido é o enfrentamento desses comportamentos comuns que crianças mais velhas apresentam quando passam a conviver com seus pais adotivos, como por exemplo, tornam-se agressivas, regridem a comportamentos infantilizados (fazer xixi na cama), possuem extrema dificuldade de confiar e construir vínculos afetivos, pensam que a qualquer momento serão devolvidas para o abrigo, entre outros.

Tais problemas se alteram de acordo com a idade de cada criança, com o tempo de institucionalização, com as violências sofridas por cada uma, se existe ou não a presença de irmãos biológicos e também irmãos adotivos na nova família. Esse momento é bastante delicado e requer muita compreensão, dedicação, paciência e amor dos pais adotivos para ajudá-la a entender que não precisa mais ter medo, os pais adotivos devem ter e saber passar a segurança necessária para que a criança possa confiar e acreditar que aquela família também é dela e que mesmo com as diferenças da vida passada eles a aceitam, a amam e querem estar com ela.

Porém, para que os pais sejam capazes de dar todo esse suporte necessário neste processo, se faz ainda mais importante a aplicação da terapia sistêmica, uma vez que a inserção de uma criança no ambiente familiar modifica toda e estrutura da família que vai

recebê-la, como também as ações e reações de cada membro e da criança interferem nesse processo de vinculação, seja de maneira positiva ou negativa. A terapia sistêmica familiar dará base para a superação e elaboração de conflitos emocionais e sociais que se desencadearam ao longo do processo de convivência.

- **Família Tradicional;**

O modelo familiar tradicional é o mais aceito pela sociedade e o mais comum, como já foi citado e explicado no referencial teórico. Entretanto, isso não significa que este modelo está livre de enfrentar os desafios que o processo adotivo traz consigo. Entre esses contratempos pode-se citar possíveis conflitos entre a aceitação da família extensa na adaptação da criança dentro do sistema familiar, principalmente se a criança é um pouco mais velha, como também a adaptação da criança e da família dentro das relações interpessoais com amigos, vizinhos, colegas de trabalho entre outros.

Será usado neste modelo familiar o filme *O pestinha* (Universal Pictures, 1990), retratando a história do Junior, um garoto de sete anos institucionalizado e com comportamentos rebeldes em consequência do seu histórico de adoções devolvidas. Até que Junior é adotado acreditando que a qualquer momento será devolvido novamente e por isso continua a fazer traquinagens, além de no início do processo de convivência ter a rejeição do avô e das crianças da vizinhança. Porém seu pai adotivo decide ama-lo acima de tudo e provar para o garoto que agora ele tem um pai que não desistirá dele.

Após a apresentação do filme, será discutido o que foi observado e quais os sentimentos da família em relação ao contexto da trama e o que os membros conseguem refletir sobre esses sentimentos, sem esquecer da situação em que estão vivendo dentro de sua casa. Se estão encontrando dificuldades, se a criança está apresentando comportamentos inadequados em consequência do seu histórico de vida e como a família está lidando com isso.

A terapia familiar sistêmica aplicada ao sistema dessa família pode contribuir para a elaboração desse processo de aceitação, por exemplo, ajudando a família a programar encontros com a família extensa num ambiente harmonioso e familiar, como um almoço de domingo, churrasco de família, entre outros. Mas antes de colocar essa ideia hipotética em prática, o psicólogo deve certificar-se de que a família esteja preparada para se sair de possíveis situações constrangedoras que algum membro da família extensa possa criar.

Outra suposição é o conflito que pode surgir entre os irmãos caso o casal já tenha filhos biológicos, sentimento de rivalidade é comum nesses casos e cabe aos pais terem

condições emocionais de lidarem com essas situações que, se tratadas com sabedoria, podem ser enriquecedoras, podendo até mesmo fortalecer o vínculo que vai ser formado aos poucos entre irmãos. O fortalecimento do vínculo pode ocorrer de forma gradativa através do processo de aceitação entre ambos, construção de confiança e da amizade que surgirá entre eles.

Para trabalhar esse vínculo entre irmãos, poderá ser usado novamente o filme *Stuart Little* (Sony Pictures, 1999), enfatizando o ciúme do filho biológico e sua resistência em aceitar e desenvolver uma relação fraternal com o novo irmão. É possível também a probabilidade de se formar triângulos com o novo membro na tentativa de suprir a necessidade de um dos cônjuges. Em casos assim, o acompanhamento terapêutico será voltado com maior atenção para o casal, sem excluir a criança, de modo que percebam como isso afeta nas decisões e o tratamento exigido nos cuidados de uma criança.

- **Família Monoparental;**

O modelo monoparental, formado por apenas uma pessoa que é quem se disponibilizou a adotar, a enfrentar os desafios de encarar esse novo momento da vida basicamente sozinho (a), mesmo que tenha o apoio da mãe, do pai, dos irmãos, ainda assim a responsabilidade pela criança é de quem disponibiliza a adotar. Sendo assim, quando surgem os conflitos, o adotante não tem o apoio de um companheiro nos momentos emocionais fragilizados, como por exemplo, quando a criança alegar que ele(a) não é seu pai ou sua mãe, despertando no adotante o sentimento de insegurança e incapacidade de conseguir ser tudo que a criança necessita, como também a organização do tempo para conseguir resolver as novas demandas que antes não existiam, educação da criança, não ter com quem dividir a responsabilidade com outra pessoa que se comprometa da mesma forma, entre outros.

Por esse motivo é importante que a família monoparental tenha ao seu lado alguém que possa contar sempre que precisar, que será o suporte necessário em momentos de necessidade, como por exemplo, buscar a criança na escola quando surgir um contratempo. Muitas vezes a família extensa do adotante possuem alguma resistência ou mesmo preconceito sobre o ato da adoção e o papel do psicólogo é auxiliar essa família a reformular suas concepções, desconstruindo barreiras.

Para isso o psicólogo observará as relações entre a família e a criança, trabalhando o nível de diferenciação dos membros que estarão em contato mais próximo com a criança (avós, tios, irmãos, entre outros). Essa parte do tratamento já foi iniciada na primeira fase e

continuará neste segundo estágio de forma mais aprofundada e em situações que a criança esteja incluída, para que os responsáveis percebam suas parcelas de responsabilidade em cada ação, evitando que a criança seja culpabilizada pelos sentimentos reativos dos pais.

Nesse modelo de família, será exibido o filme *Presente de Grego* (United Artists, 1987) que relata a história de uma mulher que de uma hora para outra se vê obrigada a adotar um bebê e enfrentar os desafios da maternidade sozinha. O filme não retrata apenas as dificuldades que maternidade traz, mas mostra o amor que nasce entre duas pessoas que até então não se conheciam, não faziam parte da vida uma da outra e que aos poucos vão se tornando essenciais uma para a outra.

Além disso, o filme deixa claro que para vencer os obstáculos comuns desse processo o amor e a determinação é fundamental para fazer dar certo, pois em muitos momentos a vontade de deixar tudo pra traz poderá ser bastante sedutora. Porém, devolver a criança não é e nunca foi opção, afinal é uma vida que se conectou na vida de outra pessoa e a partir de agora uma interfere na outra, porque estão conectadas dentro de um sistema chamado família.

Após a exibição do filme, será realizada uma discussão para debater as situações percebidas no filme que podem acontecer com a família em questão, as situações que já estão acontecendo, debater como a personagem do filme resolveu seus problemas e como essa família agiria na mesma situação. A proposta é sempre tornar os encontros interativos, auto reflexivos e construtivos para os membros da família.

- **Família recomposta;**

As famílias recompostas podem apresentar os mesmos conflitos que a família tradicional, porém carregam consigo uma grande bagagem de diferenças, pois numa mesma organização está à cultura da família de origem dos cônjuges e os costumes adquiridos na relação anterior que foi desfeita e que agora um dos pares se uniu a outra pessoa formando uma terceira organização familiar diferente das outras passadas.

Os modelos familiares tradicional e recomposto podem apresentar conflitos semelhantes, mas diferem-se pelo fato de serem uma configuração familiar diferente, com histórias e desenvolvimento distintos e por isso não cabe ser tratado e enquadrado em uma forma de tratamento e acompanhamento específico. Por isso, o acompanhamento tomará o cuidado de não se esquecer dessas considerações ao planejar os encontros familiares, trabalhando a relação dos membros que residem na mesma casa com a criança independente dos laços sanguíneos.

Nesse modelo será usada a dinâmica “Minha Família”, que tem por objetivo fazer uma reflexão sobre os sentimentos que devem existir dentro da família e os sentimentos que devem ficar do lado de fora de uma família. A dinâmica ressalta que família independe de laços sanguíneos, o que é realmente importante são os laços afetivos criados entre os membros de um grupo que no caso é a família recomposta.

Dinâmica: Minha Família

Objetivo: Entender a importância de um bom relacionamento em família.

Material: Foto pequena de uma família, cartolina, lápis atômico.

Procedimento: Desenhe na cartolina uma casa sem móveis ou qualquer acessório, mas que seja grande cole a foto da família dentro da casa. Solicite que cada membro analise a casa, por alguns minutos, e escrevam dentro do desenho da casa os sentimentos e atitudes que deveriam levar para o seio de sua família. Em seguida peça para que escrevam fora da casa os sentimentos e atitudes que não deve fazer parte de sua família.

Destaque que alguns conflitos são inevitáveis, mas muitos podem ser solucionados com um bom diálogo e respeito mútuo. Se relacionar bem facilita a troca de ideias, serviços, interesses, informações, etc. Pergunte aos membros: De uma forma mais simples pense em quantas vezes você já ajudou e ajuda seu melhor amigo, um conhecido, mesmo que seja em pequenos gestos e agora reflita se você tem esse mesmo comportamento em casa, com seus familiares. (Disponível em: <http://euvoupraebd.blogspot.com.br/2015/07/dinamica-da-licao-02-familia-nosso.html#.WCXljtIrKig>. Acessado em: 08 de Novembro de 2016).

Após a aplicação dessa dinâmica a família estará sensibilizada a repensar suas atitudes dentro do sistema familiar e no seu nível de participação para o desenvolvimento de um bom relacionamento desse sistema. De acordo com os sentimentos citados que devem fazer parte da família e os que não devem, será discutido se esses sentimentos bons e ruins estão sendo expressos dentro do ambiente familiar, de que maneira isso está acontecendo e como poderia incluir os sentimentos bons e excluir os sentimentos ruins.

- **Família Homoafetiva;**

Famílias homoafetivas enfrentam o peso do preconceito da sociedade quanto a orientação sexual de seus componentes e mais ainda por adotarem uma criança, além disso existe o preconceito da própria criança que por ser mais velha pode já ter uma opinião formada e preconceituosa e se recusar a ser adotada ou quando adotada ter mais dificuldade

para se adaptar a rotina familiar e sofrer com o preconceito nas ruas pelo fato dos pais serem homossexuais.

Será exibido o filme *Uma família bem diferente* (Paramount Pictures, 2007) trazendo a história de um casal homoafetivo que de repente é surpreendido com a notícia de que a ex-namorada do seu irmão faleceu e deixou a guarda do enteado para o ex-namorado, porém ele está desaparecido e o conselho tutelar entra em contato com o casal gay e deixa o garoto provisoriamente com eles.

No início eles não querem a criança, mas são obrigados a assumir a responsabilidade por alguns dias, até que o irmão venha busca-lo, porém, a presença da criança aos poucos vai transformando para melhor a vida de cada um dos cônjuges e eles vão se adaptando e desenvolvendo sentimento paternal com o menor sem perceberem. Além de forçar os pais adotivos a enfrentarem seus medos em relação à opção sexual e se aceitarem socialmente.

A trama relata o conflito sobre a opção sexual e o preconceito social e o preconceito deles mesmos diante da sociedade, o medo de influenciar a sexualidade da criança, o sentimento de culpa e o aprendizado mútuo. O desenvolvimento de vínculo, sentimento de confiança, amor, amizade, compreensão tanto dos pais quanto da criança também é apresentado e são esses momentos-chaves que serão utilizados como desencadeadores de discussão e reflexão para esse modelo de família.

Pessoas que se enquadram nesse modelo familiar, geralmente, carregam conflitos não resolvidos com as suas famílias de origem, por isso é fundamental que os níveis de diferenciação do self na família que adota sejam altos, evitando que problemas ocorridos com os pais dentro das famílias de origem interfiram na nova formação familiar. Pais indiferenciados podem apresentar dificuldades para adaptar-se e formar vínculos afetivos com a criança.

Esse processo de desenvolver a diferenciação do self terá início no primeiro estágio durante os encontros iniciais, quando o psicólogo em diversos momentos levanta reflexões acerca das motivações e comportamentos dos pais diante de situações colocadas no grupo. Já no segundo momento será dada a continuidade, fazendo uso de situações vivenciadas pela família que já se encontra em processo de aproximação com a criança, a fim de auxiliá-las na resolução dos primeiros problemas que a condição do processo adotivo acarretará.

É também importantíssimo que a família consiga desenvolver a habilidade de criar fronteiras e fortalecer subsistemas, a fim de gerar segurança para os pais que enfrentarão o preconceito social e para a criança que estará inserida nesse conflito. A partir do momento em que uma família consegue ter uma base emocional estável, através da capacidade de

diferenciar-se uns dos outros tanto dentro do sistema de sua família quanto dos outros sistemas e relações interpessoais, os conflitos que eventualmente surgirem serão resolvidos de forma mais natural e com menos impacto na relação familiar, uma vez que os pais diferenciados possuem maturidade emocional para lidar com problemas eventuais.

O psicólogo trabalhará com essa família as questões preconceituosas da sociedade, relacionadas à família e a criança, ao mesmo tempo que analisa os níveis de diferenciação do self e a capacidade das mesmas sobre corresponder ao tratamento. Nos encontros alternativos, que são aqueles autorizados pela família em ter o psicólogo em outros ambientes familiares, serão observadas situações que devem ser reestruturadas e que levem ao fortalecimento de subsistemas.

Essas observações serão comentadas em momentos oportunos, se possível ainda no local, mas de forma discreta ou apenas em outro encontro dentro do consultório. Quando for necessário, esperar o próximo encontro para que seja feita essa observação, o psicólogo colocará a família para refletir sobre a situação e sobre o papel de cada um, fortalecendo ou criando fronteiras e subsistemas. Dessa forma, quando algo semelhante voltar a acontecer os membros da família saberão como agir.

6.2.3 Terceiro Estágio – Processo de Convivência

Este terceiro e último estágio continua seguindo os mesmos passos do estágio dois, porém como citado acima, com duração de, em média, 20 encontros, podendo este número ser aumentado ou diminuído, dependendo de como a família estará respondendo ao tratamento, como também a adaptação de todos sobre a inclusão do novo membro no sistema familiar. Este estágio terá início quando a documentação da criança é alterada, tornando o menor definitivamente filho (a) legítimo dos pais adotantes. Neste momento serão trabalhadas com a família, questões do convívio familiar, basicamente o que já estava sendo acompanhado no estágio anterior, porém no terceiro estágio esse convívio é mais sólido e definitivo, podendo gerar medo e insegurança nos pais que agora definitivamente possuem a guarda da criança.

Terá foco neste estágio a convivência familiar, a relação da família adotiva com suas famílias extensas, a atenção do psicólogo quanto a relação do casal com a inserção de uma criança no ambiente da casa no qual eles não estavam acostumados, como se desenvolverá a dinâmica social da família referente a escola da criança, igreja que os pais costumam frequentar, reuniões com amigos, entre outras variadas situações.

Todas essas demandas serão levadas ao terapeuta pela própria família ao longo do processo de convivência, serão tratadas neste estágio apenas situações originadas com a

convivência de ambos e assuntos referentes a tudo que já foi tratado antes, a fim de fortalecer tudo que foi aprendido ao longo de todo o acompanhamento.

Para isso o terapeuta vai analisar em que sentido a família progrediu desde o início, levando em consideração as dificuldades enfrentadas, a elaboração dos conflitos e o nível de diferenciação do self que atingiram. A diferenciação do self proposta por Bowen é enfatizada nesta proposta por se tratar de um elemento fundamental para elaboração e prevenção de conflitos internos e familiares.

A família que consegue ter um nível de diferenciação saudável consegue se perceber melhor diante de situações conflituosas evitando maiores transtornos, elaborando as informações sem se deixar alterar pelo pensamento do outro, pois já tem seu pensamento formado, consegue pensar por si próprio e defender suas opiniões respeitando a opinião do outro. A partir de então o tratamento começa a caminhar para um encerramento, diminuindo a frequência dos encontros.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de analisar em que medida a terapia familiar sistêmica contribui para o processo de adoção tardia, como também a elaboração de uma proposta de intervenção que cuida da saúde emocional da família, com o propósito final de evitar que essa criança passe por outro processo doloroso de abandono. Para tanto, fez-se um estudo sobre a construção do conceito de família até a contemporaneidade, um breve estudo sobre a adoção de modo geral, como também no Brasil, enfatizando com mais riqueza de detalhes o modelo de adoção tardia. Em seguida, fez-se um apanhado genérico sobre o desenvolvimento da Teoria Geral dos Sistemas e como esta adentrou o âmbito da psicologia, tornando-se a abordagem mais completa para o tratamento de famílias. E por fim, o trabalho trouxe as técnicas da abordagem sistêmica de Murray Bowen e a terapia estrutural de Salvador Minuchin.

A metodologia contemplou uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, visando construir hipoteticamente possíveis soluções para os problemas encontrados nos processos de adoção tardia. Para tanto, a proposta foi elaborada com base nas pesquisas e leituras de livros e artigos publicados nas plataformas; Scielo, BVS, Periódicos da Capes, Portal Domínio Público, P@psic e sites do governo todos os assuntos relacionados à família, adoção, adoção tardia, teoria geral dos sistemas, terapia sistêmica, teoria e terapia boweniana e estrutural.

De acordo com todo material pesquisado, elaborou-se uma proposta que contempla todos os momentos que envolvem o processo de adoção; o cadastro, o processo de aproximação e o estágio de convivência. Para isso, a proposta de intervenção compreende 4 modelos de famílias-piloto: Família tradicional, Família homoafetiva, Família recomposta e Família Monoparental e realizou-se em três estágios, o primeiro é referente ao momento do cadastro e o início do processo com as famílias, o segundo é quando a criança aparece e inicia-se o processo de aproximação e o terceiro acontece quando essa criança passa a morar na casa dos pais adotivos.

A princípio pensou-se em elaborar uma proposta que pudesse ser incluída dentro do curso preparatórios que é pré-requisito obrigatório para participação do processo de adoção, porém a proposta deste trabalho visa fazer um acompanhamento terapêutico dessas famílias utilizando as técnicas bowenianas e estruturais, o que torna incompatível a realização dos dois momentos juntos. Assim sendo, a proposta foi elaborada de forma independente do que já é feito pela equipe técnica da 1º Vara da Infância e da Juventude.

Pretende-se aplicar a proposta em um grupo de 04 famílias de modelos diferentes em 03 momentos, o primeiro chamado de a fase do cadastro, onde as famílias decidem adotar e protocolam a petição com todos os documentos necessários na 1º Vara da Infância e Juventude, realizando 08 encontros semanais. O segundo momento ocorre quando a criança já existe e ambos estão preparados para dar início ao processo de aproximação e criação de vínculo, totalizado uma média de 30 encontros, que podem ser alterados para mais caso seja necessário. Esses encontros serão alternados em diferentes ambientes O terceiro e último momento é a o processo de convivência, em que a criança passa a morar na casa dos pais adotivos, tendo em média 20 encontros.

Pretende-se como trabalho futuro a aplicação desta proposta e de questionários na equipe técnica do judiciário, como também a equipe que está em contato direto com as crianças adotivas, a fim de avaliar como os profissionais se sentem diante do sofrimento dessas crianças e aplicação do questionário aos pais para medir o nível de conhecimento dos mesmos também sobre o sofrimento do menor em situação de adoção.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICI, Márcia Podgornik. *et al.* (2005). **Adoção: um estudo sobre sua prática e peculiaridades nas Varas da Infância e Juventude da Capital e da Grande São Paulo.** In Lopes Cecília. **ADOÇÃO: aspectos sociais e jurídicos da inclusão de crianças e adolescentes em famílias substitutas.** 2008. 195f. Dissertação (Mestre em Direito) – Centro Universitário Salesiano, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008
- AMAZONAS. M. C. L. A; BRAGA. M. G. R. **Reflexões acerca das novas formas e parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas.** *Ágora*, v. IX, n. 2, p. 177-191, jul./dez.2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000200002>. Acesso em: 21 mai. 2016.
- ANTON. I, L, C. **A escolha do cônjuge: um entendimento sistêmico e psicodinâmico.** Porto Alegre: ARTMED, p.299, 2000.
- ARIÈS. Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: LTC, p. 279, 1981
- AUN. J; VASCONCELLOS. M; COELHO. S. **Atendimento Sistêmico de Famílias E Redes Sociais.** Minas Gerais. Ophina de Arte & Prosa, 2007. 213p, v. II.
- BAUMAN. Z. (1925). **Vida Líquida.** Trad. sob a direção de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed- 2007.
- BAUMAN. Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência.** 1925. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1999.
- BERTALANFFY, L.V. **Teoria Geral dos Sistemas: fundamentos, desenvolvimentos e aplicações.** 5ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.360p.
- BOENTE, Alfredo; BRAGA, Gláucia. **Metodologia científica contemporânea.** Rio de Janeiro: Brasport, 2004.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça.** 2009. Brasília, 2016 Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoess/cadastro-nacional-de-adocao-cna>>. Acesso em: 18 mar. 2016.
- BRASIL. **LEI Nº 12.010, DE 3 DE AGOSTO DE 2009.** Presidência da República. Casa Civil. Brasília, 03 ago.2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm>. Acesso em: 20 mai. 2016.
- BRASIL. **Senado Federal.** Adoção: mudar um destino. 15ª ed. Brasília (DF): Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações — Seep, 2013. 40p. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/contexto-da-adocao-no-brasil/historia-da-adocao-no-mundo.aspx>>. Acesso em: 22 mar. 2016.
- CAMPOS, Niva Maria Vasques. **ADOÇÃO TARDIA – CARACTERÍSTICAS DO ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA.** Artigo. VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO

DISTRITO FEDERAL, DF - 2016. Disponível em:

<http://www.tjdft.jus.br/cidadaos/infancia-e-juventude/textos-e-artigos/adocao-tardia/at_download/file>. Acesso em: 30 jul. 2016.

CARNEIRO, T. F. **Terapia Familiar: das divergências as possibilidades de articulação dos diferentes enfoques**. Revista Psicologia: Ciência e Profissão. PUC/Rio de Janeiro, Volume 16, p 38-42, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v16n1/07.pdf> . Acesso em: 16 abr. 2016.

CEBOTAREV, E. A. **Familia, socialización y nueva paternidad**. Segunda Sección: Estudios e Investigaciones. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v1n2/v1n2a03.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2016.

COELHO. Heide, Mirian, Bertolucci. **“De tempos em tempos...” eis a sua família**. Revista Mal- Estar E Subjetividade. Fortaleza. V X, n° 3, p 787-807, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v10n3/05.pdf> >. Acesso em: 03 ago. 2016.

COLOMBO. Maristela. **Modernidade: a construção do sujeito contemporâneo e a sociedade de consumo**. Revista Brasileira de Psicologia, v 20, n° 1, p. 25-39, 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicodrama/v20n1/a04.pdf> > Acesso em: 15 ago. 2016.

COSTA. N, R, A. ROSSETTI-FERREIRA, M, C. **Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia**. Psicologia: Reflexão e Crítica, Ribeirão Preto, v.20, n.3, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n3/a10v20n3.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

CUNHA, Tainara, Mendes. **A evolução histórica do instituto da adoção**. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-evolucao-historica-do-instituto-da-adocao,34641.html>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

EBRAHIM, Surama. **Adoção Tardia: Altruísmo, Maturidade e Estabilidade Emocional**. Revista Psicologia: Reflexão e Crítica, 2001, 14(1), pp. 73-80. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v14n1/5208.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

ENGELS. Friedrich. **A origem da família, da propriedade e do estado**. Tradução de Leonardo Konder. - 15ª ed. – Rio de Janeiro: Berttrand, Brasil, 2000.

FEATHERSTONE, M. O Desmanche da Cultura. SP: Studio Nobel / SESC, 1997.

FIGUEIRA. J, C. **Psicologia clínica: do enfoque individual à abordagem familiar**. Revista Percursos. V. 6, n. 2. 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1449/1222>. Acesso em: 27 ago. 2016.

GERHARDT. Tatiana, Engel. SILVEIRA. Denise, Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB\ UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD\UFRGS.– Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOES, A. E. D. **Criança não é brinquedo! A devolução de crianças e adolescentes em processos adotivos.** (SYN)THESIS. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1º, 2014, p. 85-93. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/17350/12827>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

GOMES, L B. et al. **As Origens do Pensamento Sistêmico: Das Partes para o Todo.** Pensando Famílias, v. 18, n. 2, p. 3-16. 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v18n2/v18n2a02.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

GOMES, H, S, R. **Terapia de família.** Psicologia: Ciência e Profissão. Brasília, v 06. n. 02, 1986, p. 29 – 32. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v6n2/11.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2016.

HINTZ, H. C; SOUZA, M. O. **A terapia familiar no Brasil.** In OSÓRIO, L. C; VALLE, M. E. P. e cols. Manual de terapia familiar. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 91-103.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **A incessante travessia dos tempos e a renovação dos paradigmas: a família, seu status e seu enquadramento na pós modernidade,** cit., p. 18; SILVA, Virgílio Afonso da. A constitucionalização do direito. São Paulo: Malheiros Ed., 2005.

HITZ, Helena Centeno. **Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade.** Artigo. 2001. Disponível em: <<http://www.domusterapia.com.br/site/files/PF3HelenaHintz.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

KEITEL, L.; PEREIRA, R.; BERTICELLI, I, A. **PARADIGMAS EMERGENTES, CONHECIMENTO E MEIO AMBIENTE.** Revista Ensaio. Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 131-146. Jan/abr. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epec/v14n1/1983-2117-epec-14-01-00131.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

LOPES, C. **ADOÇÃO: aspectos sociais e jurídicos da inclusão de crianças e adolescentes em famílias substitutas.** 2008. 195f. Dissertação (Mestre em Direito) – Centro Universitário Salesiano, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp111460.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2016.

MARTINS, E, M, A; RABINOVICH, E, P e SILVA, C.N. **FAMILIA E O PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO NA PERSPECTIVA DE MURRAY BOWEN: UM ESTUDO DE CASO.** *Psicologia USP.* São Paulo, abril/jun, 2008, (19) 2, p. 181-197. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v19n2/v19n2a05.pdf>> Acesso em: 11 ago. 2016.

MAUX, A. A. B. **Adoção no Brasil: algumas reflexões. Estudos e Pesquisas em Psicologia.** Rio de Janeiro, n. 2, p. 356-372, 2010. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a05.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2016

MENDES, Cynthia Lopes Peiter Carballido. **VINCULOS E RUPTURAS NA ADOÇÃO: do abrigo a família adotiva.** 2007. 217f. Dissertação (Mestre em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v45n82/v45n82a18.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

MINUCHIN, S. Famílias: funcionamento e tratamento. Porto Alegre. Artes Médicas. 238 p.

MOREIRA, M, A. **A EPISTEMOLOGIA DE MATURANA**. Revista Ciência & Educação, v. 10, n. 3, p. 597-606. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v10n3/20.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

MOREIRA, M, I, C.; BEDRAN, P, M.; CARELLOS, S, M, S, D. **A família contemporânea brasileira em contexto de fragilidade social e os novos direitos das crianças: desafios éticos**. Psicologia em Revista, v17, n. 1, p. 161-180. Abr. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v17n1/v17n1a12.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2016.

NAVES, A, RCX; VASCONCELOS, L, A. **Análise de Interações Familiares: Um Estudo de Caso. Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Abr-Jun 2013, Vol. 29 n. 2, pp. 149-158. Disponível em: <<https://revistaptp.unb.br/index.php/ptp/article/view/553> .>. Acessoem: 29 mar. 2016.

NICHOLS, M.; SCHWARTZ, R. **Terapia Familiar: conceitos e métodos**. Tradução Maria Adriana Verissimo Adriana Veríssimo Veronese.- 7.ed. – Porto Alegre: Artmed, 2007.

OSÓRIO, L, C. et al. **Manual de terapia familiar**. Porto Alegre: ARTMED, 2011. Nº 275, v II.

PELEGRINI, P, G. et al. **Diferenciação do Adulto Jovem: Um Estudo de Caso em Atendimento Familiar**. Pensando Famílias, v. 19, n. 1, p. 114-129, jun. 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n1/v19n1a10.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

PIATO, R. S.; ALVES, R. N.; MARTINS, S. R.C. **CONCEITO DE FAMÍLIA NA PÓS-MODERNIDADE**. In: Congresso Internacional de Psicologia, 5 . 2012, Maringá. Universidade Estadual de Maringá, 2012.

PIATO, R, S.; ALVES, R, N.; MARTINS. **CONCEITO DE FAMILIA NA PÓS-MODERNIDADE**. In: Congresso Internacional de Psicologia, n. V, 2012, Universidade Estadual de Maringá. Psicologia: de onde viemos? Para onde vamos? Maringá, Revista Psicologia em Estudos, 2012.

PINHEIRO, L; GALIZA, M; FONTOURA, N. **NOVOS ARRANJOS FAMILIARES, VELHAS CONVENÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO: A LICENÇA-PARENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA LIDAR COM ESSAS TENSÕES**. Revista: Estudos Feministas, Florianópolis, 17 (3): 312, set/dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v17n3/v17n3a13.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

QUEIROZ, Ana Claudia Araújo; BRITO, Liana. **Adoção tardia: o desafio da garantia do direito a convivência familiar e comunitária**. Textos e Contextos, Porto Alegre, v.12, n.1, p. 55-67, jan./jun. 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

RODRIGUEZ, Brunella. Carla. PAIVA, Maria, Lucia, Sousa. Campos. **Um estudo da parentalidade em contexto homoparental**. Vinculo – Revista do NESME. São Paulo, v. 1,

n. 6, p. 13-25, 2009. Disponível em:
<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/v6n1/v6n1a03.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

SANTOS. N, E, B. **A TRIANGULAÇÃO E SEUS MÚLTIPLOS ASPECTOS NO CONTEXTO FAMILIAR: UM OLHAR RELACIONAL-SISTÊMICO**. 2008. Especialista Em Terapia Relacional Sistêmica. Familiare Instituto Sistêmico. Florianópolis.

SARTI, CYNTHIA. (2008). **Famílias enredadas**. In: Acosta, Ana Rojas, Vitale, Maria Amália Faller. (orgs.). Família, rede, laços e políticas públicas. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais, PUC SP; Cortez.

SHINN. Terry. **Desencatamento da modernidade e da pós-modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento**. Scientle Studia, São Paulo, v. 1, p. 43-81, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ss/v6n1/a02v06n01.pdf> >. Acesso em: 03 ago. 2016.

SOUZA. C, M, B. **FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE: mudanças e permanências**. CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 623-625, set/dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/14.pdf>. Acesso em: 10 abr. Abril de 2016.

TOSIN. A, S. **O Psicodiagnóstico e as abordagens sistêmico-familiares**. 2005. 61. Especialista em Terapia Familiar e de Casal. Familiare Instituto Sistêmico. Florianópolis. Disponível em: http://www.institutofamiliare.com.br/download_anexo/anna-silvia-tosin.pdf . acesso em: 30 ago. 2016.

TURCKE, C. **A Sociedade da Sensação: a estetização da luta pela existência**. In: ZUIN, A. A. S. (Org.). Ensaio Frankfurtianos. São Paulo: Cortez, 2004.

VASCONCELLOS. Maria. **“Pensamento Sistêmico: Uma epistemologia científica para uma ciência novo-paradigmática”**. In: Congresso Brasileiro de Sistemas: “Despertando a consciência para a Visão sistêmica: perspectivas para o século XXI”, nº I, 2005, International Society for the Systems Sciences – ISSS e pela FEARP/USP, Ribeirão Preto.

WEBER, L. N. D. **Abandono, institucionalização e adoção no Brasil: problemas e soluções**. O social em questão. 2005. 14, 53-70. Disponível em:
<<http://www.aconchegodf.org.br/biblioteca/manuais/O-SOCIAL-EM-QUESTAO-Abandono-institucionalizacao.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2016.